PAULA NUNES MAMEDE ROSA

**A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA E O PODER
JUDICIÁRIO: ENCARCERAMENTO EM MASSA E
RESPONSABILIDADE ESTATAL**

Dissertação de Mestrado

**ORIENTADORA: PROFESSORA ASSOCIADA DOUTORA MARIÂNGELA
GAMA DE MAGALHÃES GOMES**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2017

PAULA NUNES MAMEDE ROSA

**A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA E O PODER
JUDICIÁRIO: ENCARCERAMENTO EM MASSA E
RESPONSABILIDADE ESTATAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Professora Associada Doutora Mariângela Gama de Magalhães Gomes.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

ROSA, Paula Nunes Mamede

A função ressocializadora da pena e o Poder Judiciário: encarceramento em massa e responsabilidade estatal / Paula Nunes Mamede ROSA ; orientadora Mariângela Gama de Magalhães GOMES -- São Paulo, 2017.
327 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. pesquisa empírica em direito. 2. função ressocializadora. 3. Poder Judiciário. 4. jurisprudência. 5. encarceramento em massa. I. GOMES, Mariângela Gama de Magalhães, orient. II. Título.

Nome: ROSA, Paula Nunes Mamede.

Título: A função ressocializadora da pena e o Poder Judiciário: encarceramento em massa e responsabilidade estatal

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação da Professora Associada Doutora Mariângela Gama de Magalhães Gomes.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Aos meus avós, Ilza Rosa, José Nunes e
José Rosa, *in memoriam*, e Sara Mamede.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Mariângela, por ter me dado a oportunidade de realizar esse Mestrado sob sua supervisão, pela paciência e auxílio, pela orientação detalhada do trabalho, além dos ensinamentos adjacentes à dissertação, permitindo um contato constante com os outros aspectos da vida acadêmica.

À Professora Helena Regina Lobo da Costa e ao Professor Alamiro Velludo Salvador Netto, pelas sugestões e questionamentos na banca de qualificação, que foram decisivas para moldar o trabalho final.

Ao Professor Salomão Shecaira, pela amizade e pelo apoio, desde a criação de uma lista de livros “que todo criminalista deve ler”, antes de ingressar na pós, até o final desse processo todo. E também ao Departamento de Direito Penal, tanto os funcionários – Dalva e Marcela –, que são parte indispensável de todo o trabalho realizado, quanto os Professores, responsáveis por um ambiente acolhedor e estimulante aos alunos.

Aos colegas e companheiros da pós, que tornaram essa jornada mais leve, pelas cervejas e *happy hours*, discussões em sala de aula (e fora delas), troca de materiais, revisões de textos, mensagens de boa sorte nas bancas, pelas angústias compartilhadas, enfim, pela amizade. Especialmente, devo citar o Ian Matozo Especiato, por tudo envolvido na nossa parceria esses 03 anos, a Marcela Diorio, desde os tempos de aluna especial, e José Paulo Naves.

Aos meus chefes à época do processo seletivo, que me apoiaram e estimularam, Rogério Taffarello e Pedro Andrade, sempre na torcida, e aos que vieram depois, pela compreensão e apoio, Fernanda Gomes, Amaro Thomé, Lucelene Cruz, Airton Vieira e Juliana Moraes Bicudo.

Aos meus amigos de fora do ambiente acadêmico, por reclamarem da minha ausência, me obrigarem a relaxar de vez em quando e me receberem sempre de braços abertos.

Agradeço aos meus irmãos, Henrique e Fernanda, pelo lar que criamos juntos, pela paciência com a bagunça de textos, livros, computadores etc, pelo apoio nos momentos difíceis e por me aguentarem nos momentos de estresse, além de me forçarem a acordar nos dias de maior esgotamento.

Acima de tudo, aos meus pais, Adalberto e Maria Luiza, pelas oportunidades, pela insistência na importância dos estudos, pelo exemplo do que é fazer pesquisa de forma

séria, além de me mostrarem diariamente um imensurável amor pela vida acadêmica.
Vocês são a minha inspiração.

RESUMO

ROSA, Paula Nunes Mamede. **A função ressocializadora da pena e o Poder Judiciário: encarceramento em massa e responsabilidade estatal**. 2017. 327 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

O presente trabalho visa a identificar quais as principais linhas argumentativas utilizadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo acerca da função ressocializadora da pena. Para tanto, foi realizada pesquisa empírica que consistiu no levantamento e na análise de 400 acórdãos da Corte Paulista no âmbito da execução penal. Para o embasamento da pesquisa qualitativa, foram expostas as principais críticas sobre a pena de prisão e essa sua finalidade declarada, bem como a sua utilização como fundamento para um discurso de humanização das prisões. Foi analisada, ainda, a importância da jurisprudência e da atividade jurisdicional para a conformação do Direito e para a concretização da função ressocializadora da pena. Buscando traçar uma concepção dessa finalidade à luz da Constituição Federal e da garantia dos direitos fundamentais, que envolvem os direitos individuais e sociais, chegou-se à conclusão de que tal concepção implica a responsabilidade estatal pelo fornecimento de condições materiais para a devida reintegração do sentenciado e a limitação de seu poder punitivo pelos direitos individuais, não se sustentando mais aquela concepção de ressocialização que justifica a intervenção na individualidade e intimidade das pessoas, mesmo quando condenadas pelo cometimento de um delito. O que se verificou da análise dos acórdãos, no entanto, foi a rara preocupação de fato com o fornecimento dessas condições materiais e a utilização discursiva da função ressocializadora somente como pretexto justificador da pena de prisão. Os direitos individuais e a preservação da autodeterminação dos sentenciados, por sua vez, foram observados em acórdãos que adotavam o princípio da legalidade. Por outro lado, constatou-se que ainda predominam, no âmbito da execução penal, ideias e concepções típicas do positivismo italiano e ao sentenciado não são observados os mesmos direitos fundamentais que ao resto da população, sendo o cumprimento de pena permeado de categorias como “personalidade do agente” e “periculosidade”, prevalecendo uma função de neutralização do indivíduo e a atividade jurisdicional como garantidora da segurança pública.

Palavras-Chave: pesquisa empírica em direito; função ressocializadora; Poder Judiciário; jurisprudência; encarceramento em massa.

ABSTRACT

ROSA, Paula Nunes Mamede. **The rehabilitative function of the penalty and the Judicial Power: mass incarceration and state responsibility**. 2017. 327 f. Dissertation (Masters in Criminal Law) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo. 2017.

This study aims to identify the main argumentative lines adopted by the São Paulo State Court of Appeals on the rehabilitative function of the penalty. To this purpose, an empirical research was conducted to analyse 400 decisions by the mentioned Court, in the area of sentence execution. As a basis for the qualitative research, the main aspects of the criticism made to the prison penalty and its stated rehabilitative purpose, as well as the use of this function as basis for a discourse on prison reform, were exposed. The importance of case law and judicial activity to the conformation of the law and to the achievement of the rehabilitative function were also analyzed. On the attempt to draw a conception of that purpose according to the Constitution and the need to guarantee fundamental rights, which involves individual and social rights, the conclusion was that this conception implies state responsibility for providing material conditions for the proper reintegration of the convict, while the punitive power is limited by individual rights, and, therefore, it is not possible to sustain rehabilitation as a purpose that tries to intervene in people's individuality and intimacy, even if the person is convicted for a criminal offense. What we found from the analysis of the judicial decisions, however, was that few of them were concerned with actually supplying these material conditions, showing that the rehabilitative function remains existing only in the discourse that justifies imprisonment. Individual rights and the preservation of self-determination of convicts were observed in judgments that adopted the principle of legality. On the other hand, it was found that in the criminal execution are still predominant typical ideas and concepts of Italian positivism and the fundamental rights are not guaranteed to the same extent as to the rest of the population, and the criminal execution is filled with categories such as "agent's personality" and "dangerousness", prevailing the purpose of neutralizing the individual and judicial activity as guarantor of public safety.

Keywords: empirical legal research; rehabilitative function; Judicial Power; judicial decisions; mass incarceration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 01 – A FUNÇÃO RESSOCIALIZADORA DA PENA.....	23
1.1 Introdução: as teorias que buscam justificar a pena.....	23
1.2 As críticas à ressocialização na execução penal.....	27
1.3 As tentativas ressocializadoras como esforços para a humanização da pena.....	37
1.3.1 Introdução ao pensamento ressocializador.....	37
1.3.2 Correcionalismo	38
1.3.3 A Defesa Social	43
1.3.4 A Lei de Execução Penal.....	51
1.3.5 Doutrina atual.....	53
1.4 A função ressocializadora: conteúdo em debate.....	58
1.5 Institutos utilizados na Execução Penal para a ressocialização do preso.....	62
1.5.1 Progressão de regime	62
1.5.1.1 Antecedentes históricos	62
1.5.1.2 A progressão de regime na atual legislação brasileira.....	66
1.5.2 Livramento condicional	68
1.5.3 Exame criminológico	70
CAPÍTULO 02 – O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NO ESTADO DE DIREITO E NA EXECUÇÃO PENAL.....	75
2.1 O valor normativo da jurisprudência.....	76
2.2 O crescimento do espaço de criatividade do juiz e as normas programáticas.....	82
2.3 A politicidade das decisões judiciais.....	87
2.4 A decisão judicial na teoria de Pierre Bourdieu	90
2.5 O Poder Judiciário na Execução Penal.....	96
2.5.1 A jurisdicionalização da Execução Penal	97
2.5.2 A Constituição Federal como guia para a atuação do juiz na execução penal.....	104
CAPÍTULO 03 – AS CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA EMPÍRICA REALIZADA	107
3.1 Metodologia	107
3.1.1 A opção pela pesquisa qualitativa	107

3.1.2 Critérios de pesquisa e montagem da amostra	110
3.1.3 Análise dos dados.....	113
3.2 Panorama dos casos selecionados	115
3.2.1 Classificação pelas partes.....	116
3.2.2 Impugnações	116
3.2.3 Resultados dos julgamentos	117
3.2.4 Argumentos ministeriais e defensivos	120
3.2.4.1 Argumentos do Ministério Público.....	121
3.2.4.2 Argumentos da Defesa.....	122
CAPÍTULO 04 – PESQUISA QUALITATIVA.....	125
4.1 Introdução à pesquisa qualitativa	125
4.2 Ressocialização	125
4.2.1 Princípio da legalidade	125
4.2.2 Adoção de critérios extralegais	133
4.2.3 Formalismos e sua flexibilização	152
4.2.4 Livramento condicional	160
4.3 Exame Criminológico	171
4.3.1 A realização do exame criminológico.....	171
4.3.2 A utilização do exame criminológico e de seu conteúdo.....	189
4.3.3 Categorias utilizadas no exame criminológico	204
4.4 Personalidade do agente	216
4.5 Periculosidade	220
4.6 Gravidade do delito e pena a cumprir	229
4.7 <i>In dubio pro societate</i>	239
4.8 Argumentos relacionados à atividade jurisdicional.....	250
CONCLUSÕES.....	267
BIBLIOGRAFIA	271
APÊNDICE A.....	287
APÊNDICE B.....	325

INTRODUÇÃO

O encarceramento em massa é uma das grandes violações de Direitos Humanos no Brasil, principalmente pela insuficiência de vagas e investimentos realizados nos estabelecimentos prisionais. De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2014, o Brasil contava, em junho de 2014, com 607.731 pessoas privadas de liberdade, em um espaço correspondente a 376.669 vagas, o que significa um déficit de 231.062 vagas e uma taxa de ocupação de 161%¹. Além disso, verificou-se que a proporção de pessoas soropositivas dentre os presos é 60 vezes maior do que a proporção na população brasileira total, enquanto a taxa de tuberculose é 38 vezes menor na população livre². A mortalidade dentro das unidades prisionais – considerando-se as mortes intencionais – é seis vezes maior do que a taxa de crimes letais intencionais verificada no Brasil³.

Dessa forma, uma pessoa, quando é presa no Brasil, tem não apenas a sua liberdade privada – e todos os danos decorrentes dessa privação, como afastamento da família, do círculo social e da sua comunidade –, mas é submetida a um ambiente que viola a sua integridade física, emocional e até a sua vida. E tudo isso enquanto sob custódia do Estado, o mesmo que prevê a pena, aplica-a e a administra.

Em visita realizada ao Brasil em 2011, o Subcomitê para a Prevenção da Tortura da Organização das Nações Unidas, assinalou que várias recomendações que já haviam sido feitas por diversos mecanismos da Organização das Nações Unidas não haviam sido implementadas, sendo constatados diversos problemas que se mantinham desde visitas anteriores⁴. Atentaram-se para a falta de assistência médica nos estabelecimentos visitados,

¹ DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – Junho de 2014*. Brasília, DF, 2014, p. 11. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

² DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – Junho de 2014*. Brasília, DF, 2014, p. 114. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

³ DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – Junho de 2014*. Brasília, DF, 2014, p. 115. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre la visita al Brasil del Subcomité para la Prevención de La Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Geneva, Suíça, 2012,

havendo casos de reclusos com enfermidades crônicas graves, fraturas ou lesões que não recebiam tratamento, além de terem expressado reticência em solicitar assistência médica, pois havia experiências de castigos infligidos por agentes penitenciários ou maus tratos durante o traslado para o hospital⁵.

Além disso, apontaram a impunidade para os casos de tortura por funcionários públicos, bem como verificaram, com preocupação, diversas denúncias quanto a casos de corrupção no sistema prisional, como, por exemplo, casos em que os presos deveriam pagar propina para ter acesso a necessidades básicas garantidas por lei, como as saídas ao ar livre, visitas de familiares e proteção, e até casos em que pessoas detidas eram negligenciadas nas dependências policiais, tendo que subornar agentes estatais para que fossem levadas a estabelecimentos prisionais.⁶

Nesse mesmo relatório, fizeram recomendações quanto à garantia dos direitos quando do momento da detenção, como conhecer seus direitos e informar um terceiro sobre a detenção, ou mesmo observar a classificação e separação dos presos⁷. Também foram dirigidas críticas e sugestões à superlotação verificada, falta de condições materiais, como celas sujas e sem ventilação, sem saneamento ou com saneamento inadequado, sem roupas de cama ou insuficientes, bem como falta de alimentos, água ou acesso ao ar livre e exercício⁸.

Ao longo da fiscalização realizada, ainda, receberam denúncias de tortura e maus tratos no momento da detenção e durante a custódia policial, que envolviam espancamento, ameaças, privação de comida e água, obrigação de manter posições forçadas, afogamentos,

p. 4. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/09/OPCAT-Brasil1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

⁵ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre la visita al Brasil del Subcomité para la Prevención de La Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Geneva, Suíça, 2012, p. 8-9. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/09/OPCAT-Brasil1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre la visita al Brasil del Subcomité para la Prevención de La Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Geneva, Suíça, 2012, p. 10-11. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/09/OPCAT-Brasil1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre la visita al Brasil del Subcomité para la Prevención de La Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Geneva, Suíça, 2012, p. 12-13. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/09/OPCAT-Brasil1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre la visita al Brasil del Subcomité para la Prevención de La Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Geneva, Suíça, 2012, p. 14. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/09/OPCAT-Brasil1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

descargas elétricas, duchas geladas e até estupro⁹. O mesmo ocorria quando os detidos já estavam nos estabelecimentos prisionais, havendo denúncias de espancamentos, insultos, ameaças, sanções arbitrárias, humilhações e até uso de gás lacrimogêneo dentro das celas¹⁰.

Foram verificadas, ainda, as más condições carcerárias, como a superlotação, falta de condições materiais como colchões, tempo para exercício físico, saídas ao ar livre, fiscalização extremadas dos presos (preocupando-se com as sequelas psicológicas que podem originar), casos de morte dentro dos estabelecimentos prisionais e a falta de registros sobre a causa de tais mortes, falta de água quente para os banhos, celas escuras, sujas e infestadas de insetos e baratas, deficiências quanto ao fornecimento de artigos de higiene como sabonetes e papel higiênico, falta de atividades educacionais e laborterápicas, acesso limitado a comunicações com o mundo exterior, revistas vexatórias e má qualidade dos alimentos¹¹.

Nesse contexto de violações de direitos humanos – devido à superpopulação carcerária, violência entre detentos e entre estes e agentes penitenciários, tortura, maus tratos, abusos e desrespeito a condições mínimas de sobrevivência –, surgiram questionamentos acerca de como o Estado se posiciona diante desse problema e da sua responsabilidade por tais violações, emergindo, assim, uma proposta de pesquisa.

Pelos dados acima expostos, fica evidente a inércia do Poder Executivo no fornecimento de condições materiais para o devido cumprimento de pena.

No plano legislativo, se por um lado vislumbra-se algumas tentativas de se reduzir a utilização do Direito Penal e da prisão, como com a previsão de penas substitutivas da privação de liberdade (introduzidas pela Reforma da Parte Geral do Código Penal de 1984, mas ampliadas pela Lei n. 9.714/1998) ou mesmo a edição da Lei n. 9.099/1995 – que prevê novos modelos despenalizadores para conciliação de conflitos –, por outro observa-

⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre la visita al Brasil del Subcomité para la Prevención de La Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Geneva, Suíça, 2012, p. 15. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/09/OPCAT-Brasil1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

¹⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre la visita al Brasil del Subcomité para la Prevención de La Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Geneva, Suíça, 2012, p. 21. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/09/OPCAT-Brasil1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

¹¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre la visita al Brasil del Subcomité para la Prevención de La Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Geneva, Suíça, 2012, p. 16-20. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/09/OPCAT-Brasil1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

se um sem número de iniciativas no sentido contrário, como com a edição da Lei n. 8.072/90 (Lei de Crimes Hediondos) – que prevê normas processuais e penais mais severas para os crimes arrolados como hediondos –, ou mesmo uma atividade mais intensa no sentido de se criar novos tipos penais ou expandir os já existentes.

De fato, com relação à conduta do Poder Legislativo face ao problema do encarceramento em massa, em pesquisa desenvolvida pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), verificou-se que quase todos os projetos de lei concernentes à matéria penal apresentados entre os anos de 1984 e 2006, visavam à expansão ou criação de tipos penais (em contraposição à descriminalização de condutas ou restrição de seu alcance) ou ao aumento de penas. No universo de 100 projetos de leis estudados, constataram que, de 579 normas de comportamento, 531 correspondiam à criação de norma de comportamento e 41 à modificação de norma de comportamento (39 diziam respeito à expansão e apenas 02 à redução). De 891 normas de sanção, 837 se referiam à criação e 54 à modificação (das quais 47 correspondiam ao aumento da penalização e 07 à diminuição)¹². Isso demonstra a incongruência das iniciativas legislativas face ao contexto de encarceramento em massa e aos investimentos do Poder Executivo no sistema prisional.

No entanto, o foco do presente trabalho é o Poder Judiciário e como ele lida com o quadro de encarceramento em massa, com base nas decisões judiciais resultantes dos conflitos levados a ele. Essa opção foi realizada com base no pressuposto de que a atual situação carcerária é de responsabilidade do Estado, compreendido em seus três Poderes, havendo intensa fiscalização e debate quanto aos Poderes Executivo e Legislativo, com menor incidência quanto ao Poder Judiciário.

Para tanto, propôs-se uma pesquisa de análise jurisprudencial, especificamente sobre a função ressocializadora da pena no âmbito da execução penal, uma vez que a tentativa de efetivação desta função implica invariavelmente considerar a realidade prisional, o posicionamento do recluso nas suas relações com o Estado, a responsabilidade do Estado com relação ao seu discurso oficial e a sua atividade nos casos concretos.

No momento de edição de uma lei, de imposição de sanções de caráter penal a determinados comportamentos, ou mesmo no momento de aplicação prática da pena no processo de conhecimento, a função ressocializadora pode ser evocada de forma

¹² Cf. MACHADO, M. et al. Atividade legislativa e obstáculos à inovação em matéria penal no Brasil. *Série Pensando o Direito*, n. 32, 2010. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2015.

meramente teórica. No entanto, na execução penal, a sua eficácia deve ser aferida no caso concreto, sendo também consideradas as suas deficiências.

Em outras palavras:

Podem ser distinguidos dois conceitos de pena: a pena ficta, isto é, um valor numérico que representa, primariamente, a criminalização abstrata decorrente da avaliação discricionária do Poder Legislativo e, secundariamente, a medida de individualização da conduta realizada; e a pena real, qual seja, uma assimilação realista das (precárias) condições locais de cumprimento da privação de liberdade.¹³

A Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984 – LEP), então, estabelece como seu princípio norteador a finalidade de reintegração social e oferece os instrumentos para a sua realização, cabendo ao Poder Executivo implementar nas unidades prisionais as condições materiais para a sua efetivação, e ao Poder Judiciário a concretização dos dispositivos legais.¹⁴

As cortes, por meio de suas decisões, têm papel relevante na definição de políticas criminais e na sua efetividade. O Poder Judiciário, como intérprete e aplicador da lei, possui o poder de tornar inócua qualquer iniciativa do Poder Legislativo ou Executivo, se não aplicar a orientação por trás daquela iniciativa e efetivá-la em seu processo decisório.

Em decorrência da sua atividade no caso concreto, lidando com indivíduos concretos, o Poder Judiciário pode (e deve) verificar a efetivação dos ideais do Estado e, no caso específico do presente trabalho, os objetivos de reintegração social do sentenciado, devendo, para tanto, considerar os dados empíricos acerca do cumprimento de pena no

¹³ TAVARES, Juarez. *Parecer acerca da relação entre as condições concretas de funcionamento do sistema prisional e o alcance dos objetivos manifestos da pena, bem como sobre a viabilidade de o Poder Judiciário levar em conta tais condições nos momentos da fixação e execução das penas privativas de liberdade e medidas cautelares de prisão*. Brasília, 07 abr. 2015. Disponível em: <http://emporiadodireito.com.br/juarez-tavares-diz-que-nao-se-pode-prender-no-brasil-falta-responsabilidade-do-estado-e-de-seus-magistrados/>.

Acesso em: 16 set. 2016.

¹⁴ SCAPINI, inclusive, chama a atenção para o disposto no artigo 66, VI, VII e VIII, da Lei de Execução Penal (Art. 66. Compete ao Juiz da execução: [...] VI - zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança; VII - inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade; VIII - interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei;), que atribui ao magistrado o poder de efetivar as previsões da LEP e combater as violações perpetradas pelo sistema carcerário, sem que seja necessária sua provocação, ou seja, podendo atuar de ofício. In: SCAPINI, Marco Antonio Bandeira. *Execução Penal: Controle da Legalidade*. In: CARVALHO, Salo de (coord.). *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 310.

Brasil. É sua função garantir os direitos dos sentenciados e fiscalizar o andamento da finalidade de ressocialização, sendo esta compreendida como o fornecimento das condições materiais para a reintegração social daqueles privados de liberdade. Há, portanto, a latente necessidade de, compreendendo o papel desempenhado pelo Poder Judiciário no contexto democrático, verificar o processo de tomada de decisão dos tribunais e os efeitos práticos e políticos da atuação das cortes.

O presente trabalho, então, é dividido em quatro capítulos, sendo dois teóricos, um metodológico e um dedicado à análise dos acórdãos selecionados e que compõe o ponto central da pesquisa.

No primeiro capítulo, teórico, o foco será demonstrar como a função ressocializadora é um conceito polissêmico e em disputa no campo jurídico, que serviu para compor diversos discursos diferentes ao longo de sua história. Dessa forma, serão apontadas as críticas dirigidas a essa finalidade e à experiência carcerária, a partir de trabalhos teóricos e constatações práticas, como os estudos de GOFFMAN e MARTINSON. Além disso, serão retomadas diversas ideias que a utilizaram como fundamento para a humanização das penas e para as reformas penitenciárias, desde os correcionalistas espanhóis até formulações mais recentes, como os trabalhos de RODRIGUES e ROXIN, passando pelas ideias dos defensores da Nova Defesa Social. Em seguida, buscar-se-á identificar as feições que essa finalidade deve assumir na atualidade, de acordo com os avanços teóricos e, principalmente, à luz da Constituição Federal de 1988.

Ainda no primeiro capítulo, será feita uma exposição teórica dos institutos da progressão de regime e do livramento condicional, uma vez que são dois instrumentos previstos para se atingir a ressocialização e foram utilizados para a presente pesquisa.

No segundo capítulo, também teórico, será feita uma análise acerca da função do Poder Judiciário, mostrando a sua importância como produtor de direito, mas também delimitando a sua responsabilidade em um Estado dirigente, como é o caso do Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com suas finalidades sociais e o amplo espectro de direitos fundamentais que visa a efetivar. Com esse capítulo, ainda, buscar-se-á delimitar como deveria ser a atuação do Poder Judiciário na execução penal, tendo em vista a função ressocializadora da pena.

Em seguida, será elaborado um capítulo metodológico, expondo as diversas opções que foram realizadas ao longo da presente pesquisa, acerca dos recortes temporais, espaciais e de tema. Cada uma dessas opções e os seus fundamentos serão explicitados nesse capítulo, bem como será feita uma breve exposição dos acórdãos encontrados, recorrendo-se aos aspectos quantitativos das decisões, embora não seja o objeto principal do trabalho. Também com o intuito de situar o leitor na pesquisa, será feita breve descrição sobre os principais argumentos utilizados por recorrentes e recorridos nos acórdãos selecionados, por serem estes os atores processuais que também disputam o dizer o direito que culmina nas decisões judiciais.

Por fim, no quarto e último capítulo da dissertação, far-se-á o exame das linhas argumentativas encontradas nos acórdãos. Como são muitas as informações disponíveis, optou-se por selecionar os principais argumentos utilizados, bem como as categorias mais recorrentes nos acórdãos, de forma a permitir explicitar como se deram os processos de tomada de decisão, as opções políticas feitas pelos magistrados e a ideologia que permeia a execução penal brasileira, que passa pelo uso da progressão de regime e do livramento condicional, a forma como o magistrado enxerga o sentenciado e a si mesmo, na sua atividade jurisdicional, e, principalmente, para permitir analisar como a função ressocializadora tem sido utilizada e quais conteúdos ela justifica.

Assim, primeiramente serão traçados os principais argumentos com relação à função ressocializadora da pena de uma forma mais ampla, para depois passar à análise de categorias mais específicas, como a utilização do exame criminológico, a personalidade do agente, a periculosidade, a gravidade do delito e a pena a cumprir e, por fim, o princípio do *in dubio pro societate*. Serão analisados, ainda, os argumentos relacionados à atividade jurisdicional, pelos princípios do livre convencimento e da individualização da pena, e também no sentido de como o magistrado enxerga o seu papel como juiz.

CONCLUSÕES

A função ressocializadora, assim, deve ser interpretada de acordo com a sua construção histórica, ao fundamentar movimentos de reforma penitenciária e de humanização da prisão, bem como deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, além dos avanços das doutrinas e das elaborações teóricas, e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como no Pacto de São José da Costa Rica. Com essa abordagem, verifica-se que não poderia ser utilizada para a ingerência estatal na individualidade e intimidade do sentenciado, mas como compromisso com a implementação de condições materiais para que a reintegração social seja possível, ou ao menos a não dessocialização completa dos apenados. Somente por meio do fornecimento de condições dignas de cumprimento de pena poderia se cogitar a legitimidade da aplicação da penalidade da privação de liberdade por um Estado Democrático de Direito.

Nos acórdãos analisados, no entanto, o que se notou foi que é outra a ideia de função ressocializadora que prevalece nas decisões dos magistrados, ou seja, é outra a noção de ressocialização que tem efetiva aplicação nas vidas dos encarcerados.

Primeiramente, deve-se apontar que raramente houve preocupação com o fornecimento de condições materiais para a reintegração social na execução penal. Os magistrados que mais deferiram benefícios adotaram o princípio da legalidade e a realidade do sistema prisional foi utilizada como reforço para privilegiarem a liberdade dos sentenciados, na tentativa de não deixarem estes por mais tempo submetidos ao seu ambiente criminógeno. Em alguns casos, foram mantidos benefícios “prematuramente” deferidos em primeira instância, com base no comportamento carcerário do sentenciado no novo regime ou no livramento condicional.

Tais decisões se limitam ao quanto previsto em lei, não exercendo nem mais e nem menos o poder punitivo do qual possuem monopólio. A responsabilidade do magistrado, nesses casos, é assumida por meio da garantia dos direitos individuais dos apenados, não permitindo a permanência do indivíduo por mais tempo no cárcere do que seria autorizado em lei. Pode-se concluir, por um raciocínio meramente matemático, que a soltura dos sentenciados que possuem esse direito auxilia o combate ao encarceramento em massa, uma vez que ao menos se está abrindo mais espaço para os demais sentenciados naqueles estabelecimentos penais.

No entanto, o que prevaleceu foi a adoção de critérios extralegais, como a personalidade do agente, a periculosidade, a gravidade do delito e a pena a cumprir, a reincidência, entre outros. Sem uma interferência do Poder Judiciário no sentido de verificar quais eram as condições carcerárias ou o que era oferecido para a ressocialização, os sentenciados foram mantidos presos com fundamento nessa finalidade, constatando-se uma concepção de ressocialização que mais se aproxima da escola criminológica do positivismo italiano, com elaborações sobre as subjetividades dos sentenciados. Nesses casos, a ressocialização se torna mais um instrumento de repressão, não havendo sequer a assunção de responsabilidade pelos direitos individuais do preso, sendo mais comum a assunção de responsabilidade com relação à sociedade e à coletividade, como se o juiz fosse um garantidor da segurança pública.

Não são levadas em consideração as condições reais de cumprimento de pena e a sua dimensão aflitiva ou, quando são, é para justificar a realização do exame criminológico ou para denegar benefícios, com base no discurso sobre a prisionização.

A partir do momento em que o compromisso do magistrado é com a coletividade, predomina a função de neutralização do indivíduo encarcerado, mesmo que o discurso seja com relação à função ressocializadora. Quando isso ocorre, não há maiores preocupações com o fato de que as prisões brasileiras se tornaram mais um depósito de pessoas indesejadas, que não apenas estão sujeitas à sua privação de liberdade, mas tem outros direitos violados, como a integridade física, moral e psíquica, a sua saúde, e até mesmo a vida.

Mesmo quando os acórdãos não são nesse sentido, verificou-se que a execução penal é uma área na qual os limites do poder punitivo não são exercidos, como se fosse impermeável aos avanços teóricos e doutrinários e aos princípios constitucionais como a legalidade, culpabilidade, humanidade, lesividade, subsidiariedade etc.

Com efeito, os diversos critérios extralegais podem ser utilizados em conjunto, separadamente ou em diversas combinações, a depender dos dados que são levados para os autos e dos julgamentos morais que o magistrado faz do sentenciado. Eles servem para deferir ou denegar benefícios ou, ainda, determinar a realização do exame criminológico. Uma vez que este é realizado, novamente trazendo para a execução conceitos e julgamentos subjetivos, pode ser favorável, desfavorável ou com pareceres conflitantes. O magistrado, então, pode se vincular ao resultado, escolher trechos, afastar o exame criminológico ou, ainda, determinar a realização de perícia psiquiátrica. E, novamente,

poderá utilizar quaisquer dos critérios já elencados ou escolher os elementos do exame criminológico, tudo em prol da individualização da pena e apoiado em seu livre convencimento.

As provas são livres, os julgamentos são livres e os princípios e garantias processuais não são levados em consideração. Não há o mínimo de segurança jurídica quanto ao resultado das decisões dos magistrados e a execução penal se torna uma seara na qual o espaço de discricionariedade é tamanho que acaba configurando arbitrariedade judicial.

De fato, não há como o sentenciado conhecer os julgamentos que serão feitos a seu respeito ou quais as condutas que deve ter para ver concedido o seu benefício, dependendo menos do seu comportamento e mais dos peritos que realizarão seu exame e, principalmente, do magistrado que decidirá o seu caso.

Esse amplo espaço para o exercício das subjetividades do magistrado, suas concepções sobre o sentenciado, sobre o crime cometido, sobre o que deve ser a execução penal e como deve ser aplicada a função ressocializadora da pena, ainda, acaba implicando a prevalência das penas indeterminadas na execução penal. Com efeito, a pena não é apenas a quantidade de anos, meses ou dias de privação de liberdade impostos, mas também a forma com que é cumprida, podendo ser mais ou menos pena, a depender do estabelecimento prisional e do regime fixado.

A imprevisibilidade que cerca a concessão de benefícios faz com que seja desconhecida exatamente qual a dimensão da pena que está sendo cumprida, violando princípios constitucionais como o da legalidade, da individualização da pena, da pena certa ou a vedação a penas cruéis.

Ademais, não se sabe exatamente qual o efeito de tais incertezas e arbitrariedades para o sentenciado, mas não seria exagerado afirmar que viola a sua integridade psíquica, prejudicando seu engajamento em qualquer processo ressocializador (no sentido de orientar a sua conduta para as regras impostas) ou mesmo a credibilidade do Poder Judiciário.

A presente pesquisa demonstrou a incerteza que predomina na execução penal e o atraso das doutrinas que permeiam o cumprimento de pena e a atividade jurisdicional, com a utilização de conceitos ultrapassados e que acabam por privilegiar a expansão do poder punitivo, tendo em vista os critérios objetivos previstos na Lei de Execução Penal.

Fica evidente, por meio dos resultados expostos, que o Poder Judiciário não apenas não se responsabiliza pela efetivação da função ressocializadora da pena, mas também tende a não decidir de acordo com a realidade prisional brasileira, sendo conivente e fomentador do encarceramento em massa.

Com efeito, os discursos legitimadores da prisão no Brasil e da manutenção do sentenciado no cárcere por mais tempo do que aquele permitido por lei, além da utilização de mecanismos que não funcionam quando comparados com a realidade carcerária brasileira, tais como exame criminológico para a individualização da pena e crença na “terapêutica prisional”, demonstram que os magistrados que seguem essa linha de entendimento não apenas ignoram a realidade prisional como utilizam tais discursos de maneira meramente formal, sem de fato se preocuparem com a sua concretização. Contribuem, assim, para o agravamento da situação carcerária, com a sua superlotação e a escassez de recursos para atender a toda a população prisional.

BIBLIOGRAFIA

ANCEL, Marc. *A Nova Defesa Social: Um Movimento de Política Criminal Humanista*. Tradução de Osvaldo Melo. 2. ed. Rio de Janeiro, Forense, 1971.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Minimalismos, abolucionismos e eficientismo: a crise do sistema penal entre a deslegitimação e a expansão. *Revista Sequência*, n. 52, p. 163-182, jul. 2006.

ANDREUCCI, Ricardo Nunes. *Direito Penal e Criação Judicial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2008.

ANTÓN ONECA, José. La Utopia Penal de Dorado Montero. In: *Obras Tomo II*. Santa Fe/Argentina: Rubinzal Culzoni Editores, 2002, p. 99-191.

ANTÓN ONECA, José. *Obras Tomo III*. Santa Fe/Argentina: Rubinzal Culzoni Editores, 2003.

ARAÚJO JR., João Marcello de. Os grandes movimentos da política criminal de nosso tempo: aspectos. In: _____ (Org.). *Sistema penal para o terceiro milênio: atos do colóquio Marc Ancel*. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 65-79.

ARAÚJO, Maria Juliana Moraes de. A Execução Penal como Extensão da Atividade Jurisdicional. In: ARAÚJO JR., João Marcello de (coord.). *Privatização das Prisões*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 49-60.

ARENAL, Concepción. *Estudios penitenciarios*. v. 1. Madri, Espanha: Librería de Victoriano Suarez, 1895.

ARENAL, Concepción. *Estudios penitenciarios*. v. 2. Madri, Espanha: Librería de Victoriano Suarez, 1895.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DEFESA SOCIAL E POLÍTICA CRIMINAL HUMANA. *By-Laws of the International Society of Social Defence and Humane Criminal Policy* – ISSD. Milão, Itália, 1954. Disponível em: http://www.defensesociale.org/ingles/estatutos_i.pdf. Acesso em: 11 fev. 2016.

BACILA, Carlos Roberto. *Estigmas: um estudo sobre os preconceitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2011.

BARATTA, Alessandro. Resocialización o control social: por un concepto crítico de “reintegración social” del condenado. In: ARAÚJO JR., João Marcello de. (Org.). *Sistema penal para o terceiro milênio: atos do colóquio Marc Ancel*. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 251-265.

BARROS, Carmen Silvia de Moraes. As modificações introduzidas nos arts. 6º e 112 da LEP pela Lei 10.792/2003. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 12, n. 48, p. 179-193, mai./jun. 2004.

BATISTA, Vera Malaguti de Souza Weglinski. O proclamado e o escondido: a violência da neutralidade técnica. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 77-86, 1997.

BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e Das Penas*. Tradução de Paulo M. Oliveira. 2. ed. 2ª tiragem. Bauru: EDIPRO, 2011.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BITTENCOURT, Ila Barbosa. A instituição do livramento condicional. In: SILVA, Marco Antonio Marques da. *Processo penal e garantias constitucionais*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 317-340.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. *A arte da pesquisa*. Tradução Henrique A. Rego Monteiro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BOSCHI, Jose Antonio Paganella. Individualização da Pena. In: CARVALHO, Salo de (coord.) *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 119-138.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Poder, Derecho y Clases Sociales*. 2. ed. Tradutores diversos. Bilbao, Espanha: Desclée de Brouwer, 2001.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. *A identidade do preso e as leis do cárcere*. 2008. 205f. Dissertação (Mestrado em Criminologia). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.

BRASIL. Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003. Altera a Lei n. 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 dez. 2003. Seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.792.htm.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm.

BRASIL. Mensagem n. 242, de 29 de junho de 1983 (Do Poder Executivo). Submete à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei de Execução Penal, acompanhado da Exposição de Motivos. *Diário do Congresso Nacional*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 09 mar. 1984. Seção I, p. 84-97. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD09MAR1984.pdf#page=34>. Acesso em: 02 jul. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* n. 106.678, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, Brasília, DF, 28 de fevereiro de 2012. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRUM, Nilo Bairros de. *Requisitos retóricos da sentença penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

CAMARGO, Antônio Luís Chaves. Direitos humanos e direito penal: limites da intervenção estatal no estado democrático de direito. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). *Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva: criminalista do século*. São Paulo: Método, 2001, p. 73-80.

CAMARGO, Antônio Luís Chaves. *Tipo penal e linguagem*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. O Judiciário e a democracia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 21, p. 116-125, 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26940>. Acesso em: 25 mar. 2016.

CAPPELLETTI, Mauro. *Juízes legisladores?* Tradução de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999.

CAPPELLETTI, Mauro. *Processo, ideologias e sociedade*. Tradução de Elício de Cresci Sobrinho. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Constituindo realidades: sobre A força do direito de Pierre Bourdieu. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 22, p. 245-249, 2011.

CARVALHO, Salo de. *Antimanual de Criminologia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

CARVALHO, Salo de. *Como não se faz um trabalho de conclusão*. 2. ed. 2. tiragem. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Salo de. Da Necessidade de Efetivação do Sistema Acusatório no Processo de Execução Penal. In: CARVALHO, Salo de (coord.). *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 417-427.

CARVALHO, Salo de. Memória e esquecimento nas práticas punitivas. In: *Criminologia e sistemas jurídicos-penais contemporâneos*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2008, p. 57-92.

CARVALHO, Salo de. O (Novo) Papel dos “Criminólogos” na Execução Penal: As Alterações Estabelecidas pela Lei 10.792/03. In: CARVALHO, Salo de (coord.). *Crítica à*

Execução Penal. 2a ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 159-173.

CARVALHO, Salo de. *Penas e Garantias*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CARVALHO, Salo de. *Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, Salo de. Teoria Agnóstica da Pena: Entre os Supérfluos Fins e a Limitação do Poder Punitivo. In: *Crítica à Execução Penal*. 2a ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 3-28.

CHIES, Luiz Antônio Bogo. Prisão: Tempo, Trabalho e Remição. Reflexões Motivadas pela Inconstitucionalidade do Artigo 127 da LEP e outros Tópicos Revisitados. In: CARVALHO, Salo de (coord.). *Crítica à Execução Penal*. 2a ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 529-562.

CINTRA JR., Dyrceu A. Dias. Execução penal e dignidade humana. *Revista do Advogado*, São Paulo, v. 22, n. 67, p. 65-70, ago. 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CPF n. 09, de 29 de junho de 2010. Regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_009.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

CORCIOLI FILHO, Roberto Luiz. A Corrupção do Judiciário. *Revista de Estudos Jurídicos UNESP*, v. 17, n. 25, p. 433-474, 2013. Disponível em: <http://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/719>. Acesso em: 10 mai. 2015.

CORRÊA JR., Alceu; SHECAIRA, Sérgio Salomão; *Teoria da pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 01-13, Sem II. 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. São Paulo: Saraiva, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O poder político dos juízes. *Justiça e Democracia*. n. 1, p. 93-100, 1996.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen – Junho de 2014*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 02 out. 2016.

DONADONE, Julio César; GRÜN, Roberto. Participar é preciso! Mas de que maneira? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 111-125, out. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7723.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015.

DOTTI, René Ariel. *Bases e alternativas para o sistema de penas*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

DOTTI, René Ariel. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DOTTI, René Ariel. *Jurisprudência Penal e Ciência do Direito Penal*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), 2005. DVD.

DOTTI, René Ariel. *Os limites democráticos do novo sistema de penas*. Estudo de contribuição para a X Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Recife/Olinda: Livrarias Ghignone, 1984.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FARIA, Jose Eduardo. Os desafios do Judiciário. *Revista USP*, São Paulo, n. 21, p. 46-57, 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26935>. Acesso em: 27 mar. 2016.

FERNANDES, Antônio Scarance. Execução penal: aspectos jurídicos. *Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho de Justiça Federal*, Brasília, v. 3, n. 7, p. 68-83, abr. 1999. Disponível em <http://daleth.cjf.jus.br/revista/numero7/artigo8.htm>. Acesso em: 15 mai. 2015. [n.p.]

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: Teoria do Garantismo Penal*. Tradução de Ana Paula

Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. O Judiciário frente à divisão dos poderes: um princípio em decadência? *Revista USP*, São Paulo, n. 21, p. 12-21, 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26931>. Acesso em: 25 mar. 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes et al. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 28. ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRANÇA, Rubens Limongi. *Hermenêutica Jurídica*. 2. ed. rev e ampl. São Paulo: Saraiva, 1988.

FRANÇA, Rubens Limongi. *O direito, a lei e a jurisprudência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.

FREITAS FILHO, Roberto. Decisões jurídicas e teoria linguística: O prescritivismo universal de Richard Hare. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 45, n. 178, p. 19-43, abr./jun. 2008.

GARCÍA INDA, Andrés. Introducción: la razón del derecho: entre *habitus* y campo. In: BOURDIEU, Pierre. *Poder, derecho y clases sociales*. Tradutores diversos. Bilbao, Espanha: Desclée de Brouwer, 2001, p. 9-57.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. *A motivação das decisões penais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *Direito penal e interpretação jurisprudencial: do princípio da legalidade às súmulas vinculantes*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. *O valor normativo da jurisprudência penal*. 2007. 231f. Tese (Doutorado em Direito Penal). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. Periculosidade no Direito Penal contemporâneo. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BOTTINI, Pierpaolo Cruz; PACELLI, Eugênio (coord.). *Direito Penal Contemporâneo: Questões Controvertidas*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 237-253.

GUINDANI, Miriam Krezinger A. Tratamento Penal: A Dialética do Instituído e do Instituinte. In: CARVALHO, Salo de (coord.) *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 175-188.

GÜNTHER, Klaus. Crítica da pena I (2004). Tradução de Flavia Portella Püschel. *Revista Direito GV*, v. 2, n. 2, p. 187-203, jul./dez. 2006.

GÜNTHER, Klaus. Crítica da pena II. Tradução de Flavia Portella Püschel. *Revista Direito GV*, v. 3, n. 1, p. 137-149, jan./jun. 2007.

HASSEMER, Winfried. *Direito penal: fundamentos, estrutura, política*. VASCONCELOS, Carlos Eduardo de Oliveira (org.). Tradução de Adriana Beckman Meirelles, Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos, Felipe Rhenius Nitzke, Mariana Ribeiro de Souza e Odím Brandão Ferreira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOENISCH, Julio Cesar Diniz. A Psicologia entre Nuvens e Granito: Problematisando as Perícias Criminais. In: CARVALHO, Salo de (coord.) *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 189-195.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. Jurisdicionalização da Execução Penal. In:

BRITO, Alexis Augusto Couto de; VANZOLINI, Maria Patrícia (coord.). *Direito Penal: aspectos jurídicos controvertidos*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 368-384.

KANT, Immanuel. *Metafísica dos costumes*: primeira parte. Tradução de Célia Aparecida Martins. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Universitária São Francisco, 2013.

KARAM, Maria Lúcia. Aplicação da pena: por uma nova atuação da justiça criminal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 2, n. 6, p. 117-132, abr./jun. 1994.

KARAM, Maria Lúcia. Disciplina do livramento condicional no ordenamento jurídico-penal brasileiro e violações a direitos fundamentais. In: MARCHI JR., Antônio de Padova; PINTO, Felipe Martins (coord.). *Execução Penal: constatações, críticas, alternativas e utopias*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 149-182.

KARAM, Maria Lúcia. Pelo rompimento com as fantasias em torno de delitos e de penas. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 8, n. 29, p. 331-350, jan./mar. 2000.

LOPES JR., Aury. Revisitando o Processo de Execução Penal a Partir da Instrumentalidade Garantista. In: CARVALHO, Salo de (coord.) *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 371-406.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Hermenêutica e completude do ordenamento. *Revista de informação legislativa*, Brasília, v. 26, n. 104, p. 237-246, out./dez. 1989. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181976>. Acesso em: 13 set. 2015.

MACHADO, M. et al. Atividade legislativa e obstáculos à inovação em matéria penal no Brasil. *Série Pensando o Direito*, n. 32, 2010. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2015.

MACHONCHIE, Alexander. *Australiana*; thoughts on convict management and other subjects connected with the Australian penal colonies. Memphis: General Books LLC, 2012.

MACONCHIE, Alexander. *The principles of punishment*: on which the mark system of prison discipline is advocated. London: J. Ollivier, Pall Mall, 1850.

MARRONE, José Marcos. Há jurisdição na execução penal. *Justitia*, São Paulo, n. 44, p. 82-97, jan./mar. 1982.

MARTINSON, Robert. What works? Questions and answers about prison reform. *The Public Interest*, n. 35, p. 22-53, primavera 1974. Disponível em http://www.nationalaffairs.com/public_interest/detail/what-works-questions-and-answers-about-prison-reform. Acesso em: 24 abr. 2015.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 3. ed. ampl. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1941.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)*. Tradução de Sérgio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2010. [Pensamento criminológico, v. 11].

NETTO, Alexandre Orsi. A falácia do in dubio pro societate como princípio no processo de execução criminal. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 17, n. 204, p. 14-15, nov. 2009.

OLIVEIRA, Rômulo Rafael de. Normas constitucionais programáticas. *MPMG Jurídico: Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 2, n. 10, p. 26-28, jul./ago. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Informe sobre la visita al Brasil del Subcomité para la Prevención de La Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Geneva, Suíça, 2012. 31 p. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/09/OPCAT-Brasil1.pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Americana de Direitos Humanos* (“Pacto de San Jose da Costa Rica”). San Jose, Costa Rica, 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 09 out. 2016.

PALMA, J. B. D.; FEFERBAUM, M.; PINHEIRO, V. M. Meu trabalho precisa de jurisprudência? Como posso utilizá-la? In: QUEIROZ, R. M. R. FEFERBAUM, M. (coord.). *Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 137-173.

PALMA, J. B. D.; FEFERBAUM, M.; PINHEIRO, V. M. Como organizo informações da jurisprudência que leio? In: QUEIROZ, R. M. R. FEFERBAUM, M. (coord.). *Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 295-312.

PAVARINI, Massimo; GIAMBERARDINO, André. *Teoria da pena e execução penal: uma introdução crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

PIMENTEL, Manoel Pedro. Sistemas Penitenciários. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 639, p. 265-277, jan. 1989.

PIMENTEL, Silvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore; PANDJIARJIAN, Valéria. *Estupro: Crime ou “Cortesia”? Abordagem sociojurídica de gênero*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998.

PIOVESAN, Flávia. Desenvolvimento histórico dos direitos humanos e a Constituição brasileira de 1988. In: AGRA, Walber de Moura (coord.). *Retrospectiva dos 20 anos da Constituição Federal*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 17-33.

PIRES, Alvaro. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaios teóricos e metodológicos. In: POUPART, Jean et al (orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 154-211.

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. Pronúncia *in dubio pro societate*. *Revista da Escola Paulista da Magistratura*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-23, jan./jun. 2003.

PRADO, Geraldo. A Execução Penal e o Sistema Acusatório. In: CARVALHO, Salo de (coord.) *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 407-415.

QUEIROZ, Paulo. *Funções do Direito Penal: Legitimação versus Deslegitimação do Direito Penal*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

QUEIROZ, R. M. R. Como encontrar um bom tema dentro de minha área de interesse? In: QUEIROZ, R. M. R. FEFERBAUM, M. (coord.). *Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 53-79.

REALE JR., Miguel. Aspectos do projeto modificativo da Lei de Execução Penal. In: *Revista do Advogado*, a. XXIV, n. 78, p. 75-78, set. 2004.

REALE JR., Miguel. *Instituições de direito penal: parte geral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

REALE JR., Miguel. O juiz das garantias. *Revista de Estudos Criminais*, Porto Alegre, v. 10, n. 43, p. 99-115, out./dez. 2011.

REALE JR., Miguel. Razão e subjetividade no direito penal. *Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais*, São Paulo, v. 1, n. 0, p. 226-249, jan./jun. 2004.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 24. ed. 3. tiragem. São Paulo: Saraiva, 1999.

RODRIGUES, Anabela Miranda. *Novo olhar sobre a questão penitenciária: estatuto jurídico do recluso e socialização, jurisdicionalização, consensualismo e prisão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. *Como decidem as cortes? Para uma crítica do direito (brasileiro)*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Execução Penal: teoria crítica*. São Paulo: Saraiva, 2014.

ROLIM, Marcos. Prisão e Ideologia: Limites e Possibilidades para a Reforma Prisional no Brasil. In: CARVALHO, Salo de (coord.) *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 77-115.

ROSA, Alexandre Morais da. O papel do Juiz Garantista e a Execução Penal em tempos Neoliberais: Eichmann e Big Brother. In: CARVALHO, Salo de (coord.) *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 319-348.

ROXIN, Claus. Sentidos e Limites da Pena Estatal. In: *Problemas Fundamentais de Direito Penal*. Tradução de Ana Paula dos Santos Luís Natscheradetz. Lisboa: Coleção Vega Universidade, 1998, p. 13-47.

SÁ, Alvin August de. *Criminologia Clínica e Execução Penal: proposta de um modelo de terceira geração*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SÁ, Alvin August de. *Criminologia Clínica e Psicologia Criminal*, 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SÁ, Alvin August de; SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia e os Problemas da*

Atualidade. São Paulo: Atlas, 2008.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. *Finalidades da Pena*: conceito material de delito e sistema penal integral. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Resolução SAP n. 144, de 29 de junho de 2010. Institui o Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo. *Diário Oficial*, Poder Executivo, São Paulo, SP, 30 jun. 2010. Seção I, p. 18-21. Disponível em: http://www.sifuspesp.org.br/files/u1/ovo_Regimento_interno_nas_unidades_prisonais.pdf. Acesso em: 08 out. 2016.

SCAPINI, Marco Antonio Bandeira. Execução Penal: Controle da Legalidade. In: CARVALHO, Salo de (coord.). *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 307-318.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. A Crise de Legalidade na Execução Penal. In: CARVALHO, Salo de (coord.). *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 29-76.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. Direitos, Deveres e Disciplina na Execução Penal. In: CARVALHO, Salo de (coord.). *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 207-267.

SCHROEDER, Simone. Regressão de Regime: Uma Releitura Frente aos Princípios Constitucionais. Abordagem Crítica. In: CARVALHO, Salo de (coord.). *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 473-503.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Pena e Política Criminal. A experiência Brasileira. In: *Criminologia e os Problemas da Atualidade*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 321-334.

SILVA, Evandro Lins e. De Beccaria a Filippo Gramatica. In: ARAÚJO JUNIOR, João Marcello de (Org.). *Sistema penal para o terceiro milênio*: atos do colóquio Marc Ancel. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 17-43.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais programáticas. *RPGE*, Fortaleza, a. 9, n. 11, p. 43-60, 1992.

STRECK, Lênio Luiz. A filosofia traída pela dogmática jurídica: uma crítica à noção de verdade e ao livre convencimento no processo penal. In: MALAN, Diogo; MIRZA, Flávio (coord.). *Setenta anos do código de processo penal brasileiro: balanço e perspectivas de reforma*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 215-248.

STRECK, Lênio Luiz. O livre convencimento e sua incompatibilidade com o dever de accountability hermenêutica: o sistema acusatório e a proteção dos direitos fundamentais no processo penal. In: MALAN, Diogo; PRADO, Geraldo (coord.). *Processo penal e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014, p. 156-187.

STRECK, Lênio. Nos vinte anos de Constituição, entre verdade e consenso, o dilema contemporâneo: há respostas corretas em direito? In: AGRA, Walber de Moura (coord.). *Retrospectiva dos 20 anos da Constituição Federal*. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 315-340.

TAVARES, Juarez. *Parecer acerca da relação entre as condições concretas de funcionamento do sistema prisional e o alcance dos objetivos manifestos da pena, bem como sobre a viabilidade de o Poder Judiciário levar em conta tais condições nos momentos da fixação e execução das penas privativas de liberdade e medidas cautelares de prisão*. Brasília, 07 abr. 2015. Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/juarez-tavares-diz-que-nao-se-pode-prender-no-brasil-falta-responsabilidade-do-estado-e-de-seus-magistrados/>. Acesso em: 16 set. 2016.

THIRTY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, fev. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 10 abr. 2015.

TORRES, Andrea Almeida. A Lei de Execução Penal e as Atribuições do Serviço Social no Sistema Penitenciário: Conservadorismo pela via da “Dessassistência” Social. In: CARVALHO, Salo de (coord.) *Crítica à Execução Penal*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 197-204.

VALOIS, Luís Carlos. *Conflito entre ressocialização e o princípio da legalidade na execução penal*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2013.

VASCONCELLOS, Silvio José L.; KRUG, Jefferson Silva; SILVA, Roberta Salvador. A avaliação psicológica na esfera do Direito Penal: para que serve e a quem serve? In: FAYET JR., Ney; MAYA, André Machado (org.). *Ciências penais e sociedade complexa II*. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2009, p. 393-407.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro:

Jorge Zahar, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Dimension política de un poder judicial democratico, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 19-46, out./dez. 1993.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. Tradução de Vânia Romano Pedrosa e Amir Lopes da Conceição. 5. ed. 2. reimpressão. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O Inimigo no Direito Penal*. Tradução de Sérgio Lamarão. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, Jose Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro*, v. 1, parte geral, 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ZVEIBIL, Daniel Guimarães. O arbítrio palavreado no processo penal: breve ensaio sobre a pronúncia e o *in dubio pro societate*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 16, n. 74, p. 281-298, set./out. 2008.

APÊNDICE A

TABELA DE ACÓRDÃOS PESQUISADOS E REFERÊNCIAS

Ref.	Recurso	Nº Processo	Desembargador Relator	Câmara	Data do julgamento
A1	Agravo em Execução	990.10.146099-8	Péricles Piza	1 ^a Câmara Criminal	16/08/2010
A2	Agravo em Execução	990.10.341370-9	Márcio Bartoli	1 ^a Câmara Criminal	13/12/2010
A3	Agravo em Execução	990.10.345780-3	Marco Nahum	1 ^a Câmara Criminal	27/09/2010
A4	Agravo em Execução	990.09.317153-8	Mário Devienne Ferraz	1 ^a Câmara Criminal	22/02/2010
A5	Agravo em Execução	990.09.323686-9	Péricles Piza	1 ^a Câmara Criminal	22/02/2010
A6	Agravo em Execução	0258314- 72.2011.8.26.0000	Márcio Bartoli	1 ^a Câmara Criminal	19/12/2011
A7	Agravo em Execução	0216232- 26.2011.8.26.0000	Mário Devienne Ferraz	1 ^a Câmara Criminal	05/12/2011
A8	Agravo em Execução	0102529- 20.2011.8.26.0000	Figueiredo Gonçalves	1 ^a Câmara Criminal	19/09/2011
A9	Agravo em Execução	0066370- 78.2011.8.26.0000	Péricles Piza	1 ^a Câmara Criminal	08/08/2011
A10	Agravo em	0056279-	Péricles Piza	1 ^a	11/07/2011

	Execução	26.2011.8.26.0000		Câmara Criminal	
A11	Agravo em Execução	0206564-94.2012.8.26.0000	Márcio Bartoli	1ª Câmara Criminal	10/12/2012
A12	Agravo em Execução	0191103-82.2012.8.26.0000	Mário Devienne Ferraz	1ª Câmara Criminal	03/12/2012
A13	Agravo em Execução	0116333-21.2012.8.26.0000	Figueiredo Gonçalves	1ª Câmara Criminal	03/09/2012
A14	Agravo em Execução	0305710-45.2011.8.26.0000	Marco Nahum	1ª Câmara Criminal	14/05/2012
A15	Agravo em Execução	0228764-32.2011.8.26.0000	Péricles Piza	1ª Câmara Criminal	13/02/2012
A16	Agravo em Execução	0183537-48.2013.8.26.0000	Márcio Bartoli	1ª Câmara Criminal	16/12/2013
A17	Agravo em Execução	0175621-60.2013.8.26.0000	Mário Devienne Ferraz	1ª Câmara Criminal	25/11/2013
A18	Agravo em Execução	7006122-65.2013.8.26.0482	Figueiredo Gonçalves	1ª Câmara Criminal	04/11/2013
A19	Agravo em Execução	0097606-77.2013.8.26.0000	Figueiredo Gonçalves	1ª Câmara Criminal	19/08/2013
A20	Agravo em Execução	0124031-44.2013.8.26.0000	Márcio Bartoli	1ª Câmara Criminal	07/10/2013
A21	Agravo em	0063017-	Ivo de Almeida	1ª	01/12/2014

	Execução	25.2014.8.26.0000		Câmara Criminal	
A22	Agravo em Execução	0061930-34.2014.8.26.0000	Péricles Piza	1ª Câmara Criminal	17/11/2014
A23	Agravo em Execução	0043014-49.2014.8.26.0000	Márcio Bartoli	1ª Câmara Criminal	10/11/2014
A24	Agravo em Execução	7003517-41.2014.8.26.0344	Figueiredo Gonçalves	1ª Câmara Criminal	08/09/2014
A25	Agravo em Execução	0008213-10.2014.8.26.0000	Mário Devienne Ferraz	1ª Câmara Criminal	26/05/2014
A26	Agravo em Execução	990.10.419863-1	Teodomiro Mendez	2ª Câmara Criminal	06/12/2010
A27	Agravo em Execução	990.10.278913-6	Paulo Rossi	2ª Câmara Criminal	22/11/2010
A28	Agravo em Execução	990.09.270608-0	Francisco Orlando	2ª Câmara Criminal	13/09/2010
A29	Agravo em Execução	990.10.039638-2	Antônio Luiz Pires Neto	2ª Câmara Criminal	09/08/2010
A30	Agravo em Execução	990.10.146311-3	Almeida Sampaio	2ª Câmara Criminal	19/07/2010
A31	Agravo em Execução	0172989-32.2011.8.26.0000	Teodomiro Mendez	2ª Câmara Criminal	17/10/2011
A32	Agravo em	0205934-	Paulo Rossi	2ª	19/12/2011

	Execução	72.2011.8.26.0000		Câmara Criminal	
A33	Agravo em Execução	0112300-22.2011.8.26.0000	Silmar Fernandes	2ª Câmara Criminal	29/11/2011
A34	Agravo em Execução	0095104-39.2011.8.26.0000	Francisco Orlando	2ª Câmara Criminal	17/10/2011
A35	Agravo em Execução	0054907-42.2011.8.26.0000	Almeida Sampaio	2ª Câmara Criminal	19/09/2011
A36	Agravo em Execução	0187845-64.2012.8.26.0000	Alex Zilenovski	2ª Câmara Criminal	10/12/2012
A37	Agravo em Execução	0066898-78.2012.8.26.0000	Antonio Luiz Pires Neto	2ª Câmara Criminal	12/11/2012
A38	Habeas Corpus	0187513-97.2012.8.26.0000	Francisco Orlando	2ª Câmara Criminal	22/10/2012
A39	Habeas Corpus	0107335-64.2012.8.26.0000	Almeida Sampaio	2ª Câmara Criminal	17/09/2012
A40	Agravo em Execução	0013702-96.2012.8.26.0000	Ivo de Almeida	2ª Câmara Criminal	11/06/2012
A41	Habeas Corpus	0164309-87.2013.8.26.0000	Alex Zilenovski	2ª Câmara Criminal	02/12/2013
A42	Agravo em Execução	7005452-27.2013.8.26.0482	Francisco Orlando	2ª Câmara Criminal	11/11/2013
A43	Agravo em	0124463-	Almeida Sampaio	2ª	07/10/2013

	Execução	63.2013.8.26.0000		Câmara Criminal	
A44	Agravo em Execução	0069138-06.2013.8.26.0000	Antonio Luiz Pires Neto	2ª Câmara Criminal	05/08/2013
A45	Agravo em Execução	0032748-37.2013.8.26.0000	Alex Zilenovski	2ª Câmara Criminal	13/05/2013
A46	Agravo em Execução	7006228-19.2014.8.26.0344	Diniz Fernando	2ª Câmara Criminal	15/12/2014
A47	Agravo em Execução	0060077-87.2014.8.26.0000	Alex Zilenovski	2ª Câmara Criminal	15/12/2014
A48	Agravo em Execução	0027261-52.2014.8.26.0000	Francisco Orlando	2ª Câmara Criminal	24/11/2014
A49	Agravo em Execução	0023243-85.2014.8.26.0000	Almeida Sampaio	2ª Câmara Criminal	27/10/2014
A50	Agravo em Execução	0047473-94.2014.8.26.0000	Diniz Fernando	2ª Câmara Criminal	20/10/2014
A51	Agravo em Execução	990.10.386250-3	Marco Antônio Cogan	3ª Câmara Criminal	09/11/2010
A52	Agravo em Execução	990.10.127158-3	Moreira da Silva	3ª Câmara Criminal	23/11/2010
A53	Agravo em Execução	0387335-38.2010.8.26.0000	Toloza Neto	3ª Câmara Criminal	30/11/2010
A54	Agravo em	990.10.086685-0	Ruy Alberto	3ª	22/06/2010

	Execução		Leme Cavalheiro	Câmara Criminal	
A55	Agravo em Execução	990.10.027004-4	Geraldo Wohlers	3ª Câmara Criminal	10/08/2010
A56	Agravo em Execução	0143842- 58.2011.8.26.0000	Ruy Alberto Leme Cavalheiro	3ª Câmara Criminal	13/12/2011
A57	Agravo em Execução	0098895- 16.2011.8.26.0000	Tolozza Neto	3ª Câmara Criminal	22/11/2011
A58	Agravo em Execução	0049163- 66.2011.8.26.0000	Geraldo Wohlers	3ª Câmara Criminal	25/10/2011
A59	<i>Habeas Corpus</i>	0214974- 15.2010.8.26.0000	Fernando Simão	3ª Câmara Criminal	25/10/2011
A60	Agravo em Execução	0042203- 94.2011.8.26.0000	Luiz Pantaleão	3ª Câmara Criminal	16/08/2011
A61	Agravo em Execução	0173300- 8.6.2012.8.26.0000	Ruy Alberto Leme Cavalheiro	3ª Câmara Criminal	11/12/2012
A62	Agravo em Execução	0139204- 45.2012.8.26.0000	Tolozza Neto	3ª Câmara Criminal	04/12/2012
A62	Agravo em Execução	0119243- 21.2012.8.26.0000	Luiz Pantaleão	3ª Câmara Criminal	30/10/2012
A63	Agravo em Execução	0119697- 98.2012.8.26.0000	Fernando Simão	3ª Câmara Criminal	23/10/2012
A64	Agravo em	0050327-	Fernando Simão	3ª	18/09/2012

	Execução	32.2012.8.26.0000		Câmara Criminal	
A66	Agravo em Execução	0191304-40.2013.8.26.0000	Toloza Neto	3ª Câmara Criminal	10/12/2013
A67	Agravo em Execução	0190430-55.2013.8.26.0000	Geraldo Wohlers	3ª Câmara Criminal	10/12/2013
A68	Agravo em Execução	7005055-65.2013.8.26.0482	Ruy Alberto Leme Cavaleiro	3ª Câmara Criminal	12/11/2013
A69	Agravo em Execução	7001450-23.2013.8.26.0576	Amado de Faria	3ª Câmara Criminal	17/09/2013
A70	Agravo em Execução	0072931-50.2013.8.26.0000	Amado de Faria	3ª Câmara Criminal	30/07/2013
A71	Agravo em Execução	7004155-74.2014.8.26.0344	Cesar Mecchi Morales	3ª Câmara Criminal	16/12/2014
A72	Agravo em Execução	7003713-39.2013.8.26.0637	Toloza Neto	3ª Câmara Criminal	16/12/2014
A73	Agravo em Execução	0048776-46.2014.8.26.0000	Cesar Mecchi Morales	3ª Câmara Criminal	14/10/2014
A74	Agravo em Execução	0043224-03.2014.8.26.0000	Geraldo Wohlers	3ª Câmara Criminal	16/09/2014
A75	Agravo em Execução	7001252-66.2014.8.26.0344	Ruy Alberto Leme Cavaleiro	3ª Câmara Criminal	26/08/2014
A76	Agravo em	990.10.121311-7	Augusto de	4ª	21/09/2010

	Execução		Siqueira	Câmara Criminal	
A77	Agravo em Execução	990.10.287985-2	Augusto de Siqueira	4ª Câmara Criminal	26/10/2010
A78	Agravo em Execução	990.10.272150-7	Willian Campos	4ª Câmara Criminal	28/09/2010
A79	Agravo em Execução	0377331-39.2010.8.26.0000	Salles Abreu	4ª Câmara Criminal	30/11/2010
A80	Agravo em Execução	990.10.365544-3	Euvaldo Chaib	4ª Câmara Criminal	16/11/2010
A81	Agravo em Execução	0103628-25.2011.8.26.0000	Willian Campos	4ª Câmara Criminal	25/10/2011
A82	Agravo em Execução	0522758-67.2010.8.26.0000	Eduardo Braga	4ª Câmara Criminal	18/10/2011
A83	Agravo em Execução	0136184-80.2011.8.26.0000	Euvaldo Chaib	4ª Câmara Criminal	22/11/2011
A84	Agravo em Execução	0156530-52.2011.8.26.0000	Salles Abreu	4ª Câmara Criminal	13/12/2011
A85	Agravo em Execução	0139195-20.2011.8.26.0000	Edison Brandão	4ª Câmara Criminal	13/12/2011
A86	Agravo em Execução	0243457-21.2011.8.26.0000	Eduardo Braga	4ª Câmara Criminal	07/08/2012
A87	Agravo em	0046312-	Euvaldo Chaib	4ª	21/08/2012

	Execução	20.2012.8.26.0000		Câmara Criminal	
A88	Agravo em Execução	0012545-88.2012.8.26.0000	Eduardo Braga	4ª Câmara Criminal	06/11/2012
A89	Agravo em Execução	0119613-97.2012.8.26.0000	Willian Campos	4ª Câmara Criminal	04/12/2012
A90	Agravo em Execução	0135672-63.2012.8.26.0000	Edison Brandão	4ª Câmara Criminal	04/12/2012
A91	Agravo em Execução	0046953-71.2013.8.26.0000	Laerte Marrone de Castro Sampaio	4ª Câmara Criminal	11/06/2013
A92	Agravo em Execução	0119987-16.2012.8.26.0000	Willian Campos	4ª Câmara Criminal	10/09/2013
A93	Agravo em Execução	0157630-71.2013.8.26.0000	Luis Soares de Mello	4ª Câmara Criminal	26/11/2013
A94	Agravo em Execução	7011486-18.2013.8.26.0482	Ivana David	4ª Câmara Criminal	10/12/2013
A95	Agravo em Execução	0184116-93.2013.8.26.0000	Edison Brandão	4ª Câmara Criminal	10/12/2013
A96	Agravo em Execução	0064423-81.2014.8.26.0000	Ivan Sartori	4ª Câmara Criminal	11/11/2014
A97	Agravo em Execução	7014004-78.2013.8.26.0482	Willian Campos	4ª Câmara Criminal	25/11/2014
A98	Agravo em	0065183-	Luis Soares de	4ª	02/12/2014

	Execução	30.2014.8.26.0000	Mello	Câmara Criminal	
A99	Agravo em Execução	7005776-37.2013.8.26.0637	Edison Brandão	4ª Câmara Criminal	02/12/2014
A100	Agravo em Execução	0065859-75.2014.8.26.0000	Camilo Léllis	4ª Câmara Criminal	16/12/2014
A101	Agravo em Execução	990.09.340561-0	Sérgio Ribas	5ª Câmara Criminal	05/08/2010
A102	Agravo em Execução	990.10.424582-6	Juvenal Duarte	5ª Câmara Criminal	09/12/2010
A103	Agravo em Execução	990.10.053382-7	Luís Carlos de Souza Lourenço	5ª Câmara Criminal	23/09/2010
A104	Agravo em Execução	990.10.244981-5	José Damião Pinheiro Machado Cogan	5ª Câmara Criminal	02/12/2010
A105	Agravo em Execução	990.10.438975-5	Pinheiro Franco	5ª Câmara Criminal	16/12/2010
A106	Agravo em Execução	0182247-71.2008.8.26.0000	José Damião Pinheiro Machado Cogan	5ª Câmara Criminal	22/09/2011
A107	Agravo em Execução	0156645-73.2011.8.26.0000	Juvenal Duarte	5ª Câmara Criminal	10/11/2011
A108	Agravo em Execução	0094396-86.2011.8.26.0000	Pinheiro Franco	5ª Câmara Criminal	13/10/2011
A109	Agravo em	0179262-	Tristão Ribeiro	5ª	15/12/2011

	Execução	27.2011.8.26.0000		Câmara Criminal	
A110	Agravo em Execução	0153231-67.2011.8.26.0000	Sérgio Ribas	5ª Câmara Criminal	15/12/2011
A111	Agravo em Execução	0100725-80.2012.8.26.0000	Sérgio Ribas	5ª Câmara Criminal	25/10/2012
A112	Agravo em Execução	0173550-22.2012.8.26.0000	Juvenal Duarte	5ª Câmara Criminal	01/11/2012
A113	Agravo em Execução	0203483-40.2012.8.26.0000	Juvenal Duarte	5ª Câmara Criminal	06/12/2012
A114	Agravo em Execução	0182734-02.2012.8.26.0000	Aguinaldo de Freitas Filho	5ª Câmara Criminal	13/12/2012
A115	Agravo em Execução	0205099-50.2012.8.26.0000	Sérgio Ribas	5ª Câmara Criminal	13/12/2012
A116	Agravo em Execução	0005843-92.2013.8.26.0000	Aguinaldo de Freitas Filho	5ª Câmara Criminal	25/04/2013
A117	<i>Habeas Corpus</i>	0084977-71.2013.8.26.0000	José Damião Pinheiro Machado Cogan	5ª Câmara Criminal	01/08/2013
A118	Agravo em Execução	0153387-84.2013.8.26.0000	Pinheiro Franco	5ª Câmara Criminal	17/10/2013
A119	Agravo em Execução	0182362-19.2013.8.26.0000	Juvenal Duarte	5ª Câmara Criminal	28/11/2013
A120	Agravo em	0187331-	Sérgio Ribas	5ª	12/12/2013

	Execução	77.2013.8.26.0000		Câmara Criminal	
A121	Agravo em Execução	0020629-10.2014.8.26.0000	Juvenal Duarte	5ª Câmara Criminal	24/07/2014
A122	Agravo em Execução	7003051-12.2012.8.26.0637	Tristão Ribeiro	5ª Câmara Criminal	02/10/2014
A123	Agravo em Execução	0054105-39.2014.8.26.0000	Sérgio Ribas	5ª Câmara Criminal	16/10/2014
A124	Agravo em Execução	7000448-22.2013.8.26.0510	Juvenal Duarte	5ª Câmara Criminal	13/11/2014
A125	Agravo em Execução	0039971-07.2014.8.26.0000	José Damião Pinheiro Machado Cogan	5ª Câmara Criminal	27/11/2014
A126	Agravo em Execução	990.09.193476-3	Ericson Maranhão	6ª Câmara Criminal	12/08/2010
A127	<i>Habeas Corpus</i>	990.10.486175-6	José Raul Gavião de Almeida	6ª Câmara Criminal	28/10/2010
A128	Agravo em Execução	990.10.380003-6	Machado de Andrade	6ª Câmara Criminal	25/11/2010
A129	Agravo em Execução	990.10.294706-8	Marco Antonio Marques da Silva	6ª Câmara Criminal	25/11/2010
A130	Agravo em Execução	990.10.387830-2	Ricardo Tucunduva	6ª Câmara Criminal	16/12/2010
A131	Agravo em	0079399-	Ericson Maranhão	6ª	20/10/2011

	Execução	98.2011.8.26.0000		Câmara Criminal	
A132	Agravo em Execução	0110342- 98.2011.8.26.0000	Silmar Fernandes	6ª Câmara Criminal	10/11/2011
A133	Agravo em Execução	0178479- 35.2011.8.26.0000	Marco Antonio Marques da Silva	6ª Câmara Criminal	01/12/2011
A134	Agravo em Execução	0419536- 83.2010.8.26.0000	José Raul Gavião de Almeida	6ª Câmara Criminal	01/12/2011
A135	Agravo em Execução	0174534- 40.2011.8.26.0000	Ricardo Tucunduva	6ª Câmara Criminal	01/12/2011
A136	Agravo em Execução	0056582- 06.2012.8.26.0000	Silmar Fernandes	6ª Câmara Criminal	09/08/2012
A137	Agravo em Execução	0147970- 87.2012.8.26.0000	José Raul Gavião de Almeida	6ª Câmara Criminal	18/10/2012
A138	Agravo em Execução	0189978- 79.2012.8.26.0000	Marco Antonio Marques da Silva	6ª Câmara Criminal	06/12/2012
A139	Agravo em Execução	0195107- 65.2012.8.26.0000	Machado de Andrade	6ª Câmara Criminal	06/12/2012
A140	Agravo em Execução	0157257- 74.2012.8.26.0000	Ricardo Tucunduva	6ª Câmara Criminal	13/12/2012
A141	Agravo em Execução	0179424- 51.2013.8.26.0000	Marco Antonio Marques da Silva	6ª Câmara Criminal	19/12/2013
A142	Agravo em	0173234-	José Raul Gavião	6ª	05/12/2013

	Execução	72.2013.8.26.0000	de Almeida	Câmara Criminal	
A143	Agravo em Execução	0159334-22.2013.8.26.0000	Ricardo Tucunduva	6ª Câmara Criminal	14/11/2013
A144	Agravo em Execução	0155125-10.2013.8.26.0000	Machado de Andrade	6ª Câmara Criminal	14/11/2013
A145	Agravo em Execução	0152118-44.2012.8.26.0000	Ericson Maranhão	6ª Câmara Criminal	29/08/2013
A146	Agravo em Execução	7011373-64.2013.8.26.0482	Marco Antonio Marques da Silva	6ª Câmara Criminal	11/12/2014
A147	Agravo em Execução	0063228-61.2014.8.26.0000	Machado de Andrade	6ª Câmara Criminal	27/11/2014
A148	Agravo em Execução	0045357-18.2014.8.26.0000	Ricardo Tucunduva	6ª Câmara Criminal	27/11/2014
A149	Agravo em Execução	0047182-94.2014.8.26.0000	José Raul Gavião de Almeida	6ª Câmara Criminal	13/11/2014
A150	Agravo em Execução	7002635-16.2013.8.26.0344	Ricardo Tucunduva	6ª Câmara Criminal	13/02/2014
A151	<i>Habeas Corpus</i>	990.10.378092-2	Francisco Menin	7ª Câmara Criminal	25/11/2010
A152	<i>Habeas Corpus</i>	990.10.269973-0	Fernando Miranda	7ª Câmara Criminal	23/09/2010
A153	Agravo em	990.09.208239-6	Francisco Menin	7ª	29/07/2010

	Execução			Câmara Criminal	
A154	Agravo em Execução	990.10.085435-6	Cláudio Caldeira	7 ^a Câmara Criminal	12/08/2010
A155	Agravo em Execução	990.10.076142-0	Sydnei de Oliveira Jr.	7 ^a Câmara Criminal	12/08/2010
A156	Agravo em Execução	0576411-81.2010.8.26.0000	Cláudio Caldeira	7 ^a Câmara Criminal	02/06/2011
A157	Agravo em Execução	0078713-09.2011.8.26.0000	Christiano Kuntz	7 ^a Câmara Criminal	18/08/2011
A158	<i>Habeas Corpus</i>	0163076-26.2011.8.26.0000	Francisco Menin	7 ^a Câmara Criminal	25/08/2011
A159	Agravo em Execução	0078318-17.2011.8.26.0000	Roberto Mortari	7 ^a Câmara Criminal	15/09/2011
A160	Agravo em Execução	0067893-28.2011.8.26.0000	Sydnei de Oliveira Jr.	7 ^a Câmara Criminal	20/10/2011
A161	Agravo em Execução	0108156-68.2012.8.26.0000	Fernando Miranda	7 ^a Câmara Criminal	22/11/2012
A162	Agravo em Execução	0038935-95.2012.8.26.0000	Francisco Menin	7 ^a Câmara Criminal	02/08/2012
A163	Agravo em Execução	0112827-37.2012.8.26.0000	Christiano Kuntz	7 ^a Câmara Criminal	30/08/2012
A164	Agravo em	0172396-	Sydnei de	7 ^a	04/10/2012

	Execução	66.2012.8.26.0000	Oliveira Jr.	Câmara Criminal	
A165	Agravo em Execução	0182125-19.2012.8.26.0000	Roberto Mortari	7 ^a Câmara Criminal	29/11/2012
A166	Agravo em Execução	0197749-11.2012.8.26.0000	Roberto Mortari	7 ^a Câmara Criminal	21/03/2013
A167	Agravo em Execução	0108467-25.2013.8.26.0000	Roberto Mortari	7 ^a Câmara Criminal	15/08/2013
A168	Agravo em Execução	0101598-46.2013.8.26.0000	Sydnei de Oliveira Jr.	7 ^a Câmara Criminal	26/09/2013
A169	Agravo em Execução	0116817-02.2013.8.26.0000	Grassi Neto	7 ^a Câmara Criminal	07/11/2013
A170	Agravo em Execução	0168941-59.2013.8.26.0000	Francisco Menin	7 ^a Câmara Criminal	07/11/2013
A171	Agravo em Execução	0013757-76.2014.8.26.0000	Camilo Léllis	7 ^a Câmara Criminal	31/07/2014
A172	Agravo em Execução	0053888-93.2014.8.26.0000	Fernando Simão	7 ^a Câmara Criminal	16/10/2014
A173	Agravo em Execução	7009960-79.2014.8.26.0482	Amaro Thomé	7 ^a Câmara Criminal	27/11/2014
A174	Agravo em Execução	0063591-48.2014.8.26.0000	J. Martins	7 ^a Câmara Criminal	04/12/2014
A175	Agravo em	0049994-	Roberto Mortari	7 ^a	11/12/2014

	Execução	12.2014.8.26.0000		Câmara Criminal	
A176	Agravo em Execução	990.09.336928-1	Salles Vieira	8ª Câmara Criminal	10/06/2010
A177	Agravo em Execução	990.10.163457-0	Eduardo Braga	8ª Câmara Criminal	29/07/2010
A178	Agravo em Execução	990.10.154586-1	Aben-Athar (Paiva Coutinho)	8ª Câmara Criminal	16/09/2010
A179	Agravo em Execução	990.10.336631-0	Poças Leitão	8ª Câmara Criminal	21/10/2010
A180	Agravo em Execução	990.10.270230-8	Roberto Mortari	8ª Câmara Criminal	14/10/2010
A181	Agravo em Execução	0040112- 31.2011.8.26.0000	Roberto Mortari	8ª Câmara Criminal	09/06/2011
A182	Agravo em Execução	0059820- 67.2011.8.26.0000	Sérgio Coelho	8ª Câmara Criminal	28/07/2011
A183	Agravo em Execução	0043060- 43.2011.8.26.0000	Zorzi Rocha	8ª Câmara Criminal	20/10/2011
A184	Agravo em Execução	0080361- 24.2011.8.26.0000	Moreira da Silva	8ª Câmara Criminal	15/09/2011
A185	Agravo em Execução	0122798- 80.2011.8.26.0000	Marco Antônio Cogan	8ª Câmara Criminal	24/11/2011
A186	Agravo em	0078527-	Amado de Faria	8ª	04/10/2012

	Execução	49.2012.8.26.0000		Câmara Criminal	
A187	Agravo em Execução	0020747-54.2012.8.26.0000	Zorzi Rocha	8ª Câmara Criminal	05/07/2012
A188	Agravo em Execução	0154736-59.2012.8.26.0000	Moreira da Silva	8ª Câmara Criminal	18/10/2012
A189	Agravo em Execução	0211648-76.2012.8.26.0000	Marco Antônio Cogan	8ª Câmara Criminal	06/12/2012
A190	Agravo em Execução	0215075-81.2012.8.26.0000	Camilo Léllis	8ª Câmara Criminal	06/12/2012
A191	Agravo em Execução	0101894-05.2012.8.26.0000	Zorzi Rocha	8ª Câmara Criminal	04/04/2013
A192	Agravo em Execução	0170373-16.2013.8.26.0000	Camilo Léllis	8ª Câmara Criminal	07/11/2013
A193	Agravo em Execução	0141373-68.2013.8.26.0000	Ivo de Almeida	8ª Câmara Criminal	14/11/2013
A194	Agravo em Execução	0170202-59.2013.8.26.0000	Marco Antônio Cogan	8ª Câmara Criminal	21/11/2013
A195	Agravo em Execução	0174296-50.2013.8.26.0000	Moreira da Silva	8ª Câmara Criminal	21/11/2013
A196	Agravo em Execução	0039464-46.2014.8.26.0000	Moreira da Silva	8ª Câmara Criminal	28/08/2014
A197	Agravo em	0053612-	Marco Antônio	8ª	25/09/2014

	Execução	62.2014.8.26.0000	Cogan	Câmara Criminal	
A198	Agravo em Execução	7001853-46.2013.8.26.0073	Louri Barbiero	8ª Câmara Criminal	16/10/2014
A199	Agravo em Execução	0053517-32.2014.8.26.0000	Alcides Malossi Junior	8ª Câmara Criminal	18/12/2014
A200	Agravo em Execução	0036707-79.2014.8.26.0000	Grassi Neto	8ª Câmara Criminal	18/12/2014
A201	Agravo em Execução	990.09.325239-2	Roberto Midolla	9ª Câmara Criminal	08/04/2010
A202	Agravo em Execução	990.09.201108-1	Sérgio Coelho	9ª Câmara Criminal	28/01/2010
A203	Agravo em Execução	990.10.298574-1	Francisco Bruno	9ª Câmara Criminal	16/09/2010
A204	Agravo em Execução	990.10.283553-7	Roberto Midolla	9ª Câmara Criminal	18/11/2010
A205	Agravo em Execução	990.10.363789-5	Souza Nery	9ª Câmara Criminal	09/12/2010
A206	Agravo em Execução	0152277-21.2011.8.26.0000	Souza Nery	9ª Câmara Criminal	10/11/2011
A207	Agravo em Execução	0173278-62.2011.8.26.0000	Roberto Midolla	9ª Câmara Criminal	15/12/2011
A208	Agravo em	0105133-	Julio Caio Farto	9ª	15/12/2011

	Execução	51.2011.8.26.0000	Salles	Câmara Criminal	
A209	Agravo em Execução	0154964-68.2011.8.26.0000	Otávio Henrique	9ª Câmara Criminal	15/12/2011
A210	Agravo em Execução	0189946-11.2011.8.26.0000	Francisco Bruno	9ª Câmara Criminal	15/12/2011
A211	Agravo em Execução	0047024-10.2012.8.26.0000	Sérgio Coelho	9ª Câmara Criminal	09/08/2012
A212	Agravo em Execução	0058974-16.2012.8.26.0000	Julio Caio Farto Salles	9ª Câmara Criminal	09/08/2012
A213	Agravo em Execução	0163060-38.2012.8.26.0000	Otávio Henrique	9ª Câmara Criminal	08/11/2012
A214	Agravo em Execução	0158291-84.2012.8.26.0000	Roberto Midolla	9ª Câmara Criminal	29/11/2012
A215	Agravo em Execução	0225673-94.2012.8.26.0000	Souza Nery	9ª Câmara Criminal	13/12/2012
A216	Agravo em Execução	0108362-48.2013.8.26.0000	Penteado Navarro	9ª Câmara Criminal	22/08/2013
A217	Agravo em Execução	0129245-16.2013.8.26.0000	Otávio Henrique	9ª Câmara Criminal	10/10/2013
A218	Agravo em Execução	0179781-31.2013.8.26.0000	Roberto Midolla	9ª Câmara Criminal	21/11/2013
A219	Agravo em	0175139-	Roberto Midolla	9ª	07/11/2013

	Execução	15.2013.8.26.0000		Câmara Criminal	
A220	Agravo em Execução	0156793-16.2013.8.26.0000	Souza Nery	9ª Câmara Criminal	12/12/2013
A221	Agravo em Execução	0051111-38.2014.8.26.0000	Sérgio Coelho	9ª Câmara Criminal	13/11/2014
A222	Agravo em Execução	0068032-72.2014.8.26.0000	Roberto Solimene	9ª Câmara Criminal	27/11/2014
A223	Agravo em Execução	0047397-70.2014.8.26.0000	Otávio Henrique	9ª Câmara Criminal	27/11/2014
A224	Agravo em Execução	7018496-16.2013.8.26.0482	Roberto Midolla	9ª Câmara Criminal	04/12/2014
A225	Agravo em Execução	0053176-06.2014.8.26.0000	Souza Nery	9ª Câmara Criminal	27/11/2014
A226	Agravo em Execução	990.09.203415-4	Otávio Henrique	10ª Câmara Criminal	14/01/2010
A227	Agravo em Execução	990.09.212898-1	Fábio Gouvêa	10ª Câmara Criminal	10/06/2010
A228	Agravo em Execução	990.09.212898-1	Fábio Gouvêa	10ª Câmara Criminal	10/06/2010
A229	Agravo em Execução	990.10.337708-7	Carlos Bueno	10ª Câmara Criminal	11/11/2010
A230	Agravo em	990.10.365601-6	Otávio Henrique	10ª	02/12/2010

	Execução			Câmara Criminal	
A231	Agravo em Execução	9184854-64.2 009.8.26.0000	David Haddad	10ª Câmara Criminal	01/09/2011
A232	Agravo em Execução	0357759- 97.2010.8.26.0000	Otávio Henrique	10ª Câmara Criminal	13/01/2011
A233	Agravo em Execução	0499481- 22.2010.8.26.0000	Otávio Henrique	10ª Câmara Criminal	24/02/2011
A234	Agravo em Execução	0085909- 30.2011.8.26.0000	Mauricio Valala	10ª Câmara Criminal	20/10/2011
A235	Agravo em Execução	0210042- 47.2011.8.26.0000	Fábio Gouvêa	10ª Câmara Criminal	15/12/2011
A236	Agravo em Execução	0096791- 17.2012.8.26.0000	Francisco Bruno	10ª Câmara Criminal	13/09/2012
A237	Agravo em Execução	0095788- 27.2012.8.26.0000	Fábio Gouvêa	10ª Câmara Criminal	13/09/2012
A238	Agravo em Execução	0096342- 59.2012.8.26.0000	Francisco Bruno	10ª Câmara Criminal	08/11/2012
A239	Agravo em Execução	0176090- 43.2012.8.26.0000	Francisco Bruno	10ª Câmara Criminal	08/11/2012
A240	Agravo em Execução	0207065- 48.2012.8.26.0000	Fábio Gouvêa	10ª Câmara Criminal	13/12/2012
A241	Agravo em	0233100-	Nelson Fonseca	10ª	31/01/2013

	Execução	45.2012.8.26.0000	Junior	Câmara Criminal	
A242	Agravo em Execução	0053961-70.2011.8.26.0000	Rachid Vaz de Almeida	10ª Câmara Criminal	29/08/2013
A243	Agravo em Execução	0131761-09.2013.8.26.0000	Carlos Bueno	10ª Câmara Criminal	29/08/2013
A244	Agravo em Execução	0157589-07.2013.8.26.0000	Francisco Bruno	10ª Câmara Criminal	07/11/2013
A245	Agravo em Execução	0175406-84.2013.8.26.0000	Fábio Gouvêa	10ª Câmara Criminal	21/11/2013
A246	Agravo em Execução	7012726-42.2013.8.26.0482	Fábio Gouvêa	10ª Câmara Criminal	26/05/2014
A247	Agravo em Execução	0030366-37.2014.8.26.0000	Rachid Vaz de Almeida	10ª Câmara Criminal	11/08/2014
A248	Agravo em Execução	7000659-65.2013.8.26.0637	Carlos Bueno	10ª Câmara Criminal	11/09/2014
A249	Agravo em Execução	7013484-21.2013.8.26.0482	Francisco Bruno	10ª Câmara Criminal	06/11/2014
A250	Agravo em Execução	7004428-36.2014.8.26.0576	Fábio Gouvêa	10ª Câmara Criminal	11/12/2014
A251	Agravo em Execução	990.10.102082-3	Rachid Vaz de Almeida	11ª Câmara Criminal	04/08/2010
A252	Agravo em Execução	990.10.167954-0	Oliveira Passos	11ª Câmara Criminal	25/08/2010

	Execução			Câmara Criminal	
A253	Agravo em Execução	990.10.278616-1	Maria Tereza do Amaral	11ª Câmara Criminal	17/11/2010
A254	Agravo em Execução	990.10.376707-1	Guilherme G. Strenger	11ª Câmara Criminal	15/12/2010
A255	Agravo em Execução	990.10.330698-8	Antonio Manssur	11ª Câmara Criminal	15/12/2010
A256	Agravo em Execução	0076415-44.2011.8.26.0000	Xavier de Souza	11ª Câmara Criminal	19/10/2011
A257	Agravo em Execução	0062020-47.2011.8.26.0000	Maria Tereza do Amaral	11ª Câmara Criminal	05/10/2011
A258	Agravo em Execução	0100785-87.2011.8.26.0000	Antonio Manssur	11ª Câmara Criminal	23/11/2011
A259	Agravo em Execução	0081347-75.2011.8.26.0000	Aben-Athar (Paiva Coutinho)	11ª Câmara Criminal	30/11/2011
A260	Agravo em Execução	0160838-34.2011.8.26.0000	Guilherme G. Strenger	11ª Câmara Criminal	23/11/2011
A261	Agravo em Execução	0075106-51.2012.8.26.0000	Maria Tereza do Amaral	11ª Câmara Criminal	03/10/2012
A262	Agravo em Execução	0167774-41.2012.8.26.0000	Antonio Manssur	11ª Câmara Criminal	07/11/2012
A263	Agravo em	0121343-	Xavier de Souza	11ª	14/11/2012

	Execução	46.2012.8.26.0000		Câmara Criminal	
A264	Agravo em Execução	0203611-60.2012.8.26.0000	Guilherme G. Strenger	11ª Câmara Criminal	14/11/2012
A265	Agravo em Execução	0093185-78.2012.8.26.0000	Paiva Coutinho	11ª Câmara Criminal	05/12/2012
A266	Agravo em Execução	0132797-86.2013.8.26.0000	Maria Tereza do Amaral	11ª Câmara Criminal	16/10/2013
A267	Agravo em Execução	0146206-32.2013.8.26.0000	Xavier de Souza	11ª Câmara Criminal	30/10/2013
A268	Agravo em Execução	0147328-80.2013.8.26.0000	Paiva Coutinho	11ª Câmara Criminal	13/11/2013
A269	Agravo em Execução	0184085-73.2013.8.26.0000	Guilherme G. Strenger	11ª Câmara Criminal	27/11/2013
A270	Agravo em Execução	0188111-17.2013.8.26.0000	Salles Abreu	11ª Câmara Criminal	16/12/2013
A271	Agravo em Execução	0196426-34.2013.8.26.0000	Maria Tereza do Amaral	11ª Câmara Criminal	29/10/2014
A272	Agravo em Execução	0054006-69.2014.8.26.0000	Guilherme G. Strenger	11ª Câmara Criminal	19/11/2014
A273	Agravo em Execução	0038721-36.2014.8.26.0000	Paiva Coutinho	11ª Câmara Criminal	03/12/2014
A274	Agravo em	7000666-	Xavier de Souza	11ª	03/12/2014

	Execução	66.2014.8.26.0073		Câmara Criminal	
A275	Agravo em Execução	7001371-77.2014.8.26.0198	Salles Abreu	11ª Câmara Criminal	10/12/2014
A276	Agravo em Execução	990.09.224897-9	Vico Mañas	12ª Câmara Criminal	03/02/2010
A277	Agravo em Execução	990.09.183816-0	João Morengi	12ª Câmara Criminal	24/03/2010
A278	Agravo em Execução	990.10.142858-0	Paulo Rossi	12ª Câmara Criminal	04/08/2010
A279	Agravo em Execução	990.10.271753-4	Vico Mañas	12ª Câmara Criminal	06/10/2010
A280	Agravo em Execução	990.10.277771-5	João Morengi	12ª Câmara Criminal	15/12/2010
A281	Agravo em Execução	0375583-69.2010.8.26.0000	Vico Mañas	12ª Câmara Criminal	30/03/2011
A282	Agravo em Execução	0045046-32.2011.8.26.0000	João Morengi	12ª Câmara Criminal	30/11/2011
A283	Agravo em Execução	064594-43.2011.8.26.0000	Breno Guimarães	12ª Câmara Criminal	24/08/2011
A284	Agravo em Execução	0052918-98.2011.8.26.0000	Eduardo Pereira	12ª Câmara Criminal	28/09/2011
A285	Agravo em	0117039-	Amable Lopez	12ª	14/12/2011

	Execução	38.2011.8.26.0000	Soto	Câmara Criminal	
A286	<i>Habeas Corpus</i>	0160431- 91.2012.8.26.0000	Amable Lopez Soto	12ª Câmara Criminal	26/09/2012
A287	Agravo em Execução	0034033- 02.2012.8.26.0000	João Morengi	12ª Câmara Criminal	14/11/2012
A288	Agravo em Execução	0195760- 67.2012.8.26.0000	Breno Guimarães	12ª Câmara Criminal	12/12/2012
A289	Agravo em Execução	0166763- 74.2012.8.26.0000	Vico Mañas	12ª Câmara Criminal	17/12/2012
A290	Agravo em Execução	0162920- 04.2012.8.26.0000	Paulo Rossi	12ª Câmara Criminal	17/12/2012
A291	Agravo em Execução	0041149- 25.2013.8.26.0000	Vico Mañas	12ª Câmara Criminal	05/07/2013
A292	Agravo em Execução	0055938- 29.2013.8.26.0000	Angélica de Almeida	12ª Câmara Criminal	31/07/2013
A293	Agravo em Execução	0121272- 10.2013.8.26.0000	Breno Guimarães	12ª Câmara Criminal	28/08/2013
A294	Agravo em Execução	7003247- 25.2013.8.26.0482	Paulo Rossi	12ª Câmara Criminal	09/10/2013
A295	Agravo em Execução	0175998- 31.2013.8.26.0000	Vico Mañas	12ª Câmara Criminal	11/12/2013
A296	Agravo em	0198065-	João Morengi	12ª	17/09/2014

	Execução	87.2013.8.26.0000		Câmara Criminal	
A297	Agravo em Execução	7005415-20.2013.8.26.0637	Vico Mañas	12ª Câmara Criminal	03/12/2014
A298	Agravo em Execução	7003360-76.2013.8.26.0482	João Morengi	12ª Câmara Criminal	03/12/2014
A299	Agravo em Execução	0069109-19.2014.8.26.0000	Angélica de Almeida	12ª Câmara Criminal	10/12/2014
A300	Agravo em Execução	7003991-40.2013.8.26.0637	Paulo Rossi	12ª Câmara Criminal	17/12/2014
A301	Agravo em Execução	990.10.400355-5	Cardoso Perpétuo	13ª Câmara Criminal	09/12/2010
A302	Agravo em Execução	990.10.307204-9	Lopes da Silva	13ª Câmara Criminal	21/10/2010
A303	Agravo em Execução	990.10.217942-7	Renê Ricupero	13ª Câmara Criminal	07/10/2010
A304	Agravo em Execução	990.10.255927-0	Lopes da Silva	13ª Câmara Criminal	30/09/2010
A305	Agravo em Execução	990.10.290492-0	França Carvalho	13ª Câmara Criminal	07/10/2010
A306	Agravo em Execução	0050277-40.2011.8.26.0000	Augusto de Siqueira	13ª Câmara Criminal	15/12/2011
A307	Agravo em	0077287-	Renê Ricupero	13ª	15/09/2011

	Execução	59.2011.8.26.0000		Câmara Criminal	
A308	Agravo em Execução	0037994-82.2011.8.26.0000	Cardoso Perpétuo	13ª Câmara Criminal	06/10/2011
A309	Agravo em Execução	0123437-98.2011.8.26.0000	Cardoso Perpétuo	13ª Câmara Criminal	06/10/2011
A310	Agravo em Execução	0152654-89.2011.8.26.0000	França Carvalho	13ª Câmara Criminal	10/11/2011
A311	Agravo em Execução	0139314-44.2012.8.26.0000	França Carvalho	13ª Câmara Criminal	09/11/2012
A312	Agravo em Execução	0166358-38.2012.8.26.0000	Renê Ricupero	13ª Câmara Criminal	29/11/2012
A313	Agravo em Execução	0112878-48.2012.8.26.0000	Mauricio Valala	13ª Câmara Criminal	06/12/2012
A314	Agravo em Execução	0211916-33.2012.8.26.0000	Augusto de Siqueira	13ª Câmara Criminal	13/12/2012
A315	Agravo em Execução	0149659-69.2012.8.26.0000	Cardoso Perpétuo	13ª Câmara Criminal	13/12/2012
A316	Agravo em Execução	0148952-67.2013.8.26.0000	Cardoso Perpétuo	13ª Câmara Criminal	26/09/2013
A317	Agravo em Execução	0093514-56.2013.8.26.0000	Renê Ricupero	13ª Câmara Criminal	26/09/2013
A318	Agravo em	0178439-	Laerte Marrone	13ª	28/11/2013

	Execução	82.2013.8.26.0000	de Castro Sampaio	Câmara Criminal	
A319	Agravo em Execução	0154313-65.2013.8.26.0000	Augusto de Siqueira	13ª Câmara Criminal	28/11/2013
A320	Agravo em Execução	0182736-35.2013.8.26.0000	Cardoso Perpétuo	13ª Câmara Criminal	12/12/2013
A321	Agravo em Execução	0023856-08.2014.8.26.0000	De Paula Santos	13ª Câmara Criminal	27/11/2014
A322	Agravo em Execução	0066657-36.2014.8.26.0000	Cardoso Perpétuo	13ª Câmara Criminal	04/12/2014
A323	Agravo em Execução	7008477-14.2014.8.26.0482	Augusto de Siqueira	13ª Câmara Criminal	19/12/2014
A324	<i>Habeas Corpus</i>	2176166-62.2014.8.26.0000	De Paula Santos	13ª Câmara Criminal	18/12/2014
A325	Agravo em Execução	0063701-47.2014.8.26.0000	Renê Ricupero	13ª Câmara Criminal	11/12/2014
A326	Agravo em Execução	990.09.318849-0	Fernando Torres Garcia	14ª Câmara Criminal	06/05/2010
A327	Agravo em Execução	990.10.182829-4	Fernando Torres Garcia	14ª Câmara Criminal	22/07/2010
A328	Agravo em Execução	990.10.125955-9	Walter da Silva	14ª Câmara Criminal	22/07/2010
A329	Agravo em	990.10.305593-4	Walter da Silva	14ª	07/10/2010

	Execução			Câmara Criminal	
A330	Agravo em Execução	990.10.318791-1	Fernando Torres Garcia	14ª Câmara Criminal	02/12/2010
A331	Agravo em Execução	0121034-59.2011.8.26.0000	Fernando Torres Garcia	14ª Câmara Criminal	15/09/2011
A332	Agravo em Execução	0098598-09.2011.8.26.0000	Fernando Torres Garcia	14ª Câmara Criminal	06/10/2011
A333	Agravo em Execução	0100618-70.2011.8.26.0000	Wilson Barreira	14ª Câmara Criminal	10/11/2011
A334	<i>Habeas Corpus</i>	0243043-23.2011.8.26.0000	Walter da Silva	14ª Câmara Criminal	24/11/2011
A335	<i>Habeas Corpus</i>	0060040-65.2011.8.26.0000	Wilson Barreira	14ª Câmara Criminal	15/12/2011
A336	Agravo em Execução	0110505-44.2012.8.26.0000	Wilson Barreira	14ª Câmara Criminal	27/09/2012
A337	Agravo em Execução	0108023-26.2012.8.26.0000	Wilson Barreira	14ª Câmara Criminal	27/09/2012
A338	Agravo em Execução	0181378-69.2012.8.26.0000	Fernando Torres Garcia	14ª Câmara Criminal	04/10/2012
A339	Agravo em Execução	0138313-24.2012.8.26.0000	Walter da Silva	14ª Câmara Criminal	22/11/2012
A340	Agravo em	0214738-	Fernando Torres	14ª	13/12/2012

	Execução	92.2012.8.26.0000	Garcia	Câmara Criminal	
A341	<i>Habeas Corpus</i>	0038717-33.2013.8.26.0000	Marco de Lorenzi	14ª Câmara Criminal	20/06/2013
A342	Agravo em Execução	0114567-93.2013.8.26.0000	Fernando Torres Garcia	14ª Câmara Criminal	29/08/2013
A343	Agravo em Execução	0141390-07.2013.8.26.0000	Miguel Marques e Silva	14ª Câmara Criminal	26/09/2013
A344	Agravo em Execução	0118943-25.2013.8.26.0000	Walter da Silva	14ª Câmara Criminal	17/10/2013
A345	Agravo em Execução	0180697-65.2013.8.26.0000	Fernando Torres Garcia	14ª Câmara Criminal	28/10/2013
A346	Agravo em Execução	7003894-40.2013.8.26.0637	Walter da Silva	14ª Câmara Criminal	17/07/2014
A347	Agravo em Execução	0031822-22.2014.8.26.0000	Hermann Herschander	14ª Câmara Criminal	07/08/2014
A348	Agravo em Execução	0049708-34.2014.8.26.0000	Miguel Marques e Silva	14ª Câmara Criminal	06/11/2014
A349	Agravo em Execução	0065355-69.2014.8.26.0000	Fernando Torres Garcia	14ª Câmara Criminal	04/12/2014
A350	Agravo em Execução	7013887-87.2013.8.26.0482	Marco de Lorenzi	14ª Câmara Criminal	04/12/2014
A351	Agravo em	990.09.315696-2	Ribeiro dos	15ª	04/02/2010

	Execução		Santos	Câmara Criminal	
A352	Agravo em Execução	990.09.278420-0	Ribeiro dos Santos	15ª Câmara Criminal	25/03/2010
A353	Agravo em Execução	990.10.096350-3	Camilo Léllis	15ª Câmara Criminal	01/07/2010
A354	Agravo em Execução	990.10.167694-0	Ribeiro dos Santos	15ª Câmara Criminal	05/08/2010
A355	Agravo em Execução	990.10.107014-6	Camilo Léllis	15ª Câmara Criminal	15/07/2010
A356	Agravo em Execução	0387027-02.2010.8.26.0000	Amado de Faria	15ª Câmara Criminal	10/02/2011
A357	Agravo em Execução	0469531-65.2010.8.26.0000	Ribeiro dos Santos	15ª Câmara Criminal	28/04/2011
A358	Agravo em Execução	0046176-57.2011.8.26.0000	Poças Leitão	15ª Câmara Criminal	25/08/2011
A359	Agravo em Execução	0138192-30.2011.8.26.0000	Ribeiro dos Santos	15ª Câmara Criminal	06/10/2011
A360	Agravo em Execução	0075030-61.2011.8.26.0000	Camilo Léllis	15ª Câmara Criminal	10/11/2011
A361	Agravo em Execução	0105099-42.2012.8.26.0000	Ribeiro dos Santos	15ª Câmara Criminal	30/08/2012
A362	Agravo em	0205142-	Poças Leitão	15ª	29/11/2012

	Execução	84.2012.8.26.0000		Câmara Criminal	
A363	Agravo em Execução	0137122-41.2012.8.26.0000	Walter de Almeida Guilherme	15ª Câmara Criminal	06/12/2012
A364	Agravo em Execução	0246931-97.2011.8.26.0000	J. Martins	15ª Câmara Criminal	10/05/2012
A365	Agravo em Execução	0238733-71.2011.8.26.0000	Ribeiro dos Santos	15ª Câmara Criminal	08/03/2012
A366	Agravo em Execução	0046790-91.2013.8.26.0000	Walter de Almeida Guilherme	15ª Câmara Criminal	08/08/2013
A367	Agravo em Execução	0170353-25.2013.8.26.0000	Poças Leitão	15ª Câmara Criminal	24/10/2013
A368	Agravo em Execução	0173455-55.2013.8.26.0000	Encinas Manfré	15ª Câmara Criminal	05/12/2013
A369	Agravo em Execução	0177281-89.2013.8.26.0000	De Paula Santos	15ª Câmara Criminal	12/12/2013
A370	Agravo em Execução	0185407-31.2013.8.26.0000	Nelson Fonseca Junior	15ª Câmara Criminal	12/12/2013
A371	Agravo em Execução	0012015-16.2014.8.26.0000	Guilherme de Souza Nucci	15ª Câmara Criminal	07/08/2014
A372	Agravo em Execução	0037804-17.2014.8.26.0000	Walter de Almeida Guilherme	15ª Câmara Criminal	18/09/2014
A373	Agravo em	0048794-	Poças Leitão	15ª	25/09/2014

	Execução	67.2014.8.26.0000		Câmara Criminal	
A374	Agravo em Execução	0050856-80.2014.8.26.0000	Sérgio Manzina Martins	15ª Câmara Criminal	06/11/2014
A375	Agravo em Execução	7000298-20.2014.8.26.0344	Ricardo Sale Junior	15ª Câmara Criminal	04/12/2014
A376	Agravo em Execução	990.09.061170-7	Almeida Toledo	16ª Câmara Criminal	28/09/2010
A377	Agravo em Execução	990.10.187689-2	Alberto Mariz de Oliveira	16ª Câmara Criminal	05/10/2010
A378	Agravo em Execução	990.10.384154-9	Newton Neves	16ª Câmara Criminal	30/11/2010
A379	Agravo em Execução	990.10.052161-6	Pedro Menin	16ª Câmara Criminal	07/12/2010
A380	Agravo em Execução	990.10.415990-3	Borges Pereira	16ª Câmara Criminal	14/12/2010
A381	Agravo em Execução	0155108-42.2011.8.26.0000	Pedro Menin	16ª Câmara Criminal	08/11/2011
A382	Agravo em Execução	0043482-18.2011.8.26.0000	Souza Nucci	16ª Câmara Criminal	20/09/2011
A383	Agravo em Execução	0335547-82.2010.8.26.0000	Alberto Mariz de Oliveira	16ª Câmara Criminal	22/11/2011

A384	Agravo em Execução	0206894-28.2011.8.26.0000	Borges Pereira	16ª Câmara Criminal	13/12/2011
A385	Agravo em Execução	0197788-42.2011.8.26.0000	Almeida Toledo	16ª Câmara Criminal	13/12/2011
A386	Agravo em Execução	0092648-82.2012.8.26.0000	Borges Pereira	16ª Câmara Criminal	11/12/2012
A387	Agravo em Execução	0106795-16.2012.8.26.0000	Newton Neves	16ª Câmara Criminal	13/11/2012
A388	Agravo em Execução	0167172-50.2012.8.26.0000	Pedro Menin	16ª Câmara Criminal	04/12/2012
A389	Agravo em Execução	0574458-82.2010.8.26.0000	Alberto Mariz de Oliveira	16ª Câmara Criminal	11/12/2012
A390	Agravo em Execução	0121222-52.2011.8.26.0000	Otávio de Almeida Toledo	16ª Câmara Criminal	18/12/2012
A391	Agravo em Execução	0154291-07.2013.8.26.0000	Borges Pereira	16ª Câmara Criminal	22/10/2013
A392	Agravo em Execução	0167175-68.2013.8.26.0000	Newton Neves	16ª Câmara Criminal	05/11/2013
A393	Agravo em Execução	0182373-48.2013.8.26.0000	Borges Pereira	16ª Câmara Criminal	10/12/2013
A394	Agravo em Execução	0125723-78.2013.8.26.0000	Alberto Mariz de Oliveira	16ª Câmara Criminal	17/12/2013

A395	Agravo em Execução	0190201- 95.2013.8.26.0000	Pedro Menin	16ª Câmara Criminal	17/12/2013
A396	Agravo em Execução	0049733- 47.2014.8.26.0000	Newton Neves	16ª Câmara Criminal	23/09/2014
A397	Agravo em Execução	0093105- 80.2013.8.26.0000	Alberto Mariz de Oliveira	16ª Câmara Criminal	14/10/2014
A398	Agravo em Execução	0061923- 42.2014.8.26.0000	Otávio de Almeida Toledo	16ª Câmara Criminal	18/11/2014
A399	Agravo em Execução	0054518- 52.2014.8.26.0000	Borges Pereira	16ª Câmara Criminal	09/12/2014
A400	Agravo em Execução	0053966- 87.2014.8.26.0000	Guilherme de Souza Nucci	16ª Câmara Criminal	02/12/2014

APÊNDICE B: FICHA DE LEITURA DE ACÓRDÃO

Dados do processo

Número do Processo	
Tipo de ação	
Desembargador Relator/Câmara	
Data do julgamento	
Ementa	
Julgamento (V.U., maioria etc)	
Divergência (se houver)	
Agravante/Paciente	
Agravado/Autoridade coatora	

Dados da origem

Decisão 1ª instância	
Pedido formulado	
Benefício/Direito da execução	

Linhas argumentativas do acórdão

Dados da execução do sentenciado/Cabimento HC	
Ressocialização – para manter preso ou para soltar?	
Discurso da	

ressocialização	
Trecho do voto com ressocialização	
Pede exame criminológico?	
Discurso acerca do exame	
Trecho sobre exame criminológico	
Resultado do exame	
Discurso personalidade do agente	
Trecho personalidade do agente	
Discurso periculosidade	
Trecho periculosidade	
Discurso da gravidade da conduta criminosa e tempo de pena a cumprir	
Trecho da gravidade da conduta criminosa e tempo de pena a cumprir	
Discurso <i>in dubio pro societate</i>	
Trecho <i>in dubio pro societate</i>	
Discurso individualização da pena	
Trecho individualização da pena	
Discurso livre	

convencimento do juiz	
Trecho livre convencimento do juiz	
Discurso conveniência e oportunidade da concessão	
Trecho conveniência e oportunidade da concessão	
Discurso persuasão racional	
Trecho persuasão racional	
Referência doutrinária nos votos	
Referência jurisprudencial nos votos	